

## **ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM CABO VERDE**

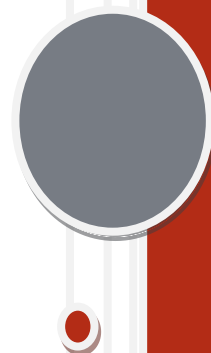
### **O PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS DE CABO VERDE COMO AUTARQUIA DO ESTADO PARA ACCOUNTABILITY**

**Licenciatura em Ciências Empresariais e Organizacionais: Administração  
Publica**

Ernestina Gomes Martins

**Orientador:** Prof. Ms. Cláudio Silva Fernandes

**Praia 2 de Janeiro de 2013**



# **ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM CABO VERDE O PAPEL DO TRIBUNAL DE CONTAS DE CABO VERDE COMO AUTARQUIA DO ESTADO PARA ACCOUNTABILITY**

Ernestina Gomes Martins

*Memória Monográfica apresentada à  
escola de Negócios e Governação para  
cumprimento dos requisitos necessários  
à obtenção do grau de Licenciatura em  
Ciências Empresariais e  
Organizacionais, variante  
Administração Pública.*

**Orientador:** Prof. Ms. Cláudio Silva Fernandes

Praia 2 de Janeiro de 2013

## **DEDICATÓRIA**

Depois de tanta dedicação, esforço, espírito, e de tanta luta, é com grande orgulho e prazer que dedico este trabalho á minha querida e amada família em especial á minha mãe Ana Gomes Miranda.

## **Agradecimentos**

A realização deste trabalho e o seu sucesso deve-se a inúmeros factores, mas principalmente pelos apoios que obtive. Para as pessoas que estiveram sempre do meu lado e que acima de tudo me ajudaram em mais uma etapa da minha vida deixo aqui o meu agradecimento.

A Deus pai de misericórdia que deu o dom, a força, a paciência de lutar com muita garra para que eu possa vencer essa grande batalha.

Ao professor Mestre Cláudio Fernandes, por sua orientação, tempo e empenho sem as quais não teria sido possível a elaboração deste trabalho.

Ao professor Adilson Monteiro pelo apoio que me deu durante a elaboração deste trabalho.

Aos meus colegas e amigos que partilharam comigo diversos momentos da nossa vida.

À minha mãe e irmãs M<sup>a</sup> da Conceição e M<sup>a</sup> de Lourdes que foram incansáveis, o vosso apoio foi determinante na elaboração deste trabalho e em todos os momentos da minha vida.

Aos meus familiares pela força e pelo apoio que me deram durante a frequência deste curso.

À Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) em especial Escola de Negócios e Governação (ENG), pela oportunidade que me deram, a todos os funcionários e a Direcção pela dedicação, de onde levo uma bagagem enorme de conhecimentos. O meu eterno obrigado a essa instituição que me fez crescer muito, tanto ao nível profissional como pessoal.

De uma forma geral, agradeço a todas as pessoas que directas ou indirectamente contribuíram para o bom funcionamento do meu curso.

## **Resumo**

Actualmente, na nossa sociedade apresenta desafios, está continuamente em busca de padrões éticos para uma melhoria da sociedade, é um padrão de grande importância para crescimento e desenvolvimento da Administração Pública cabo-verdiana (APCV). A gestão da coisa Pública é um dos fundamentos de "boa governação". De acordo com os dados da pesquisa, a ética na APCV é um dos padrões que pouco se põem em prática. Neste sentido o presente trabalho visa analisar "Ética na Administração Pública", tendo como estudo de caso o Tribunal de Contas de Cabo Verde (TCCV). Para alcançar o objectivo deste trabalho, fez-se uma pesquisa bibliográfica sobre a ética na Administração Pública e sobre teorias relacionadas com a ética nas organizações. Utilizou-se o método inquisitivo baseado em questionários com perguntas abertas e fechadas para obter as percepções dos dirigentes públicos. O tratamento de dados foi feito recorrendo ao Software SPSS versão 17 e Excel. Portanto na realização deste estudo foi utilizado o modelo *American Psychological Association* (APA) no que refere as citações e referências bibliográficas. Os resultados do estudo demonstraram que a ética é um dos instrumentos de extrema relevância para gestão da coisa pública.

**Palavras-chave:** Administração Pública, Ética, Desafios

## **Lista de Abreviaturas**

APA – American Psychological Association

APCV – Administração Publica Cabo Verde

Art.º – Artigo

CF – Constituição Federal

DF – Distrito Federal

EFS – Entidade Fiscalizadoras Superiores

ENG – Escola de Negócio e Governação

INTOSAI – Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo

Nº – Número

P – Página

TC – Tribunal de Contas

TCCV – Tribunal de Contas de Cabo-Verde

UNICV – Universidade de Cabo Verde

Vol. – Volume

## **Índice de Figura**

Figura 1: Estrutura Orgânica do TCCV. ....	34
--	----

## **Lista de gráfico**

Gráfico 1: Ética Profissional no TCCV .....	41
Gráfico 2: Instrumentos de controlo da Ética Profissional no TCCV. ....	42
Gráfico 3:Tipos de Instrumentos de controlo da Ética. ....	42
Gráfico 4: Funcionários do TCCV versus Profissionalismo e Ética.....	43
Gráfico 5: Implementação do código de ética no TCCV.....	44
Gráfico 6: Grau de importância do Código de Ética.....	44



## ÍNDICE

Agradecimentos .....	IV
Resumo .....	V
Lista de Abreviaturas .....	VI
Índice de Figura .....	VII
Lista de gráfico .....	VIII
Índice.....	IX
INTRODUÇÃO .....	1
Contextualização.....	1
Justificativa .....	3
Problemática da pesquisa .....	3
Hipóteses.....	4
Objectivos do estudo:.....	4
Estrutura da Monografia .....	4
CAPÍTULO I. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM CABO VERDE .....	5
1.1. Breve história e conceito sobre Administração Pública .....	5
1.2. Finalidade da Administração Pública .....	5
1.3. Estado e a Administração Pública.....	7
1.4. Os Poderes do Estado.....	9
1.5. Estado e suas Funções.....	10
1.6. Princípios Gerais da Administração Pública Cabo-verdiana .....	11
CAPÍTULO II. ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM CABO VERDE .....	14
2.1. Ética na Administração Pública .....	14
2.2. Princípios Éticos da Administração Pública .....	15
2.3. Ética versus Éticas .....	16

2.4.	Operacionalização e Monitoramento das Decisões através da Ética .....	17
2.5.	Ética e Moralidade Administrativa .....	21
2.6.	Ética como Deontologia.....	23
CAPÍTULO III. METODOLOGIA .....		29
3.1.	Quanto ao Método.....	29
3.2.	Característica da pesquisa .....	29
3.3.	Quanto à Abordagem .....	30
3.4.	Universo e Amostra .....	31
3.5.	Sujeitos do Estudo.....	31
3.6.	Técnicas de Colecta e Análise dos Resultados. ....	32
CAPÍTULO IV.O CASO DE TRIBUNAL DE CONTAS DE CABO VERDE .....		33
4.1.	Breve Caracterização de Tribunal de Contas de Cabo Verde.....	33
4.2.	Código de Ética do TCCV .....	35
4.3.	Análise e comentário dos dados dos questionários aplicados.....	41
CONCLUSÃO .....		46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		48
Apêndices I- Questionários.....		50
Apêndices II- Resultado da Investigação.....		52

# INTRODUÇÃO

## Contextualização

A questão da ética pública está directamente relacionada aos princípios fundamentais, sendo estes comparados ao que chamamos no Direito, de "Norma Fundamental", uma norma hipotética com premissas ideológicas e que deve reger tudo mais o que estiver relacionado ao comportamento do ser humano em seu meio social.

A sociedade por sua vez, tem sua parcela de responsabilidade nesta situação, pois não se mobiliza para exercer os seus direitos e impedir estes casos vergonhosos de abuso de poder por parte do Póde Público. Um dos motivos para esta falta de mobilização social se dá devido à falta de uma cultura cidadã, ou seja, a sociedade não exerce sua cidadania.

No dizer da autora Carraca Cardozo, entende-se que a falta de respeito ao padrão moral, implica, por conseguinte numa violação dos direitos do cidadão, comprometendo inclusive, a existência dos valores dos bons costumes em uma sociedade. A ética na Administração Pública encontra terreno fértil para se proliferar, pois o comportamento de autoridades públicas estão longe de se basearem em princípios éticos e isto ocorre devido a falta de qualificação dos funcionários, cultura equivocada e especialmente, por falta de mecanismos de controlo e responsabilização adequada dos actos antiéticos. A educação seria o mais forte instrumento na formação de cidadão consciente para a construção de um futuro melhor.

No âmbito Administrativo, funcionários mal capacitados e sem princípios éticos que convivem todos os dias com mandos e desmandos, actos desonestos, corrupção e falta de ética tendem a assimilar por este rol "cultural" de aproveitamento em benefício próprio. Se o Estado, que a princípio deve impor a ordem e o respeito como regra de comportamento para uma sociedade civilizada, é o primeiro a evidenciar o ato imoral, veem esta realidade como uma razão, desculpa ou oportunidade para salvar-se, e, assim sendo, através dos usos de sua atribuição pública. A consciência ética, como a educação e a cultura são assimiladas pelo ser humano, assim, a ética na administração pública, pode e deve ser desenvolvida junto aos agentes públicos ocasionando assim, uma mudança na gestão pública que deve ser sentida pelo contribuinte que dela se utiliza diariamente, seja por meio da simplificação de procedimentos, isto é, a celeridade de respostas e qualidade dos serviços prestados, seja pela forma de agir ou de contacto entre o cidadão e os funcionários públicos.

Ao longo da elaboração desse trabalho conclui-se que os princípios éticos são indispensáveis para, o alcance do sucesso e dos resultados em geral na administração pública.

Na Administração Pública prevalece entre os administradores a percepção de que, neste mundo volátil, os valores éticos do seu quadro de funcionários é uma das poucas condições perenes com que se pode contar para fazer face aos desafios do futuro e, em nome disso, têm efectivamente incorporado esses valores em seus modelos de gestão estratégica.

A nova lógica de gerir a Administração Pública se assenta na liberalização e privatização de actividades económicas e sociais no sector público, na redução do peso do sector público e na flexibilização do regime do trabalho, na desregulamentação e delegação de competências aos organismos intermediários.

É fundamental que haja, para isso, uma análise criteriosa, considerando não só os aspectos da administração, mas principalmente, os aspectos políticos e sociais envolvidos.

A Constituição da República de Cabo Verde prevê um capítulo sobre a Administração Pública no qual no seu artigo 240º estabelece os princípios gerais da Administração Pública nomeadamente<sup>1</sup>: (i) a Administração Pública prossegue o interesse público, com respeito pela Constituição, pela Lei, pelos princípios da justiça, da transparência, da imparcialidade e da boa-fé e pelos direitos e interesses legítimos dos cidadãos; (ii) a Administração é estruturada de modo a prestar aos cidadãos um serviço eficiente e de qualidade, obedecendo, designadamente, aos princípios da subsidiariedade, da desconcentração, da descentralização, da racionalização, da avaliação e controlo e da participação dos interessados, sem prejuízo da necessária eficácia e unidade de acção da Administração e dos poderes de direcção, superintendência e tutela dos órgãos competentes, nos termos da lei.

Ainda no seu artigo 241º sobre a Função Pública determina que: (i) o pessoal da Administração Pública e os demais agentes do Estado e de outras entidades públicas estão exclusivamente ao serviço do interesse público definido pelos órgãos competentes, devendo, no exercício das suas funções, agir com especial respeito pelos princípios de justiça, isenção e imparcialidade, de respeito pelos direitos dos cidadãos e de igualdade de tratamento de todos os utentes, nos termos da lei; (ii) o pessoal da Administração Pública e os demais agentes do Estado e de outras entidades públicas não podem ser beneficiados ou prejudicados em virtude das suas opções político-partidárias ou do exercício dos seus direitos estabelecidos na Constituição ou na lei; (iii) o pessoal da Administração Pública e os demais agentes do

---

<sup>1</sup> Constituição da República de Cabo Verde, 4ª edição, 2ª Revisão Ordinária 2010, página (144 a 145)

Estado e de outras entidades públicas não podem ainda beneficiar ou prejudicar outrem, em virtude das suas opções político-partidárias ou do exercício dos seus direitos estabelecidos na Constituição ou na lei.

## **Justificativa**

Em cabo verde existe uma assimetria entre o governo, a oposição e a sociedade no que diz respeito a questão da ética na Administração Pública. Essa constatação motivou a realização dessa pesquisa, não com o intuito de julgar, mas sim, de pesquisar os actos e as regras praticada na Administração Pública Cabo-verdiana, mais precisamente o Poder Executivo Cabo-verdiano, posto que, em última instância, são sete que asseguram ou não alcance do bem comum no âmbito referido.

A ética na gestão da coisa pública como fundamentos de uma “boa governação”, é imprescindível criar mecanismos de controlo, a fim de verificar se tal determinação está sendo efectivada. Para tanto, é fundamental que haja, uma análise criteriosa, considerando não só os aspectos da administração, mas principalmente os aspectos políticos e sociais envolvidos. Isto se justifica, ademais, pelo facto de haver mais eficiência, governativa quando as instituições funcionam com regras, com transparência, com ética, com comprometimento ao serviço público, com profissionalismo e quando estão sujeitas ao controlo social e aos mecanismos de controlo.

## **Problemática da pesquisa**

É importante realçar que a necessidade de avançar na discussão em torno do tema “**Ética na Administração Pública Cabo-verdiana**” “é algo que se impõe, não somente por causa de incoerências e dos possíveis problemas decorrentes da corrupção da Administração Pública, mas fundamentalmente para demonstrar que é possível criar mecanismos de controlo, dentro de ciclo de gestão, que propiciem os ajuste necessários nas políticas visando, com isso, uma aplicação mais eficaz e transparente dos recursos públicos, e assegurando em última instância, a realização honesta do princípio do bem comum.

Há mais incidência governativa quando as instituições funcionam com regras, com ética, com profissionalismo e quando estão sujeitas ao controlo social e aos mecanismos de controlo. Esta eficiência é incomparável com uma Administração na base de “expedientes e esquemas”

em benefício de uma minoria e com prejuízos globais para a generalidade do país que perde oportunidade de produzir mais, com mais produtividade e competitividade.

Frente a esta problemática, este estudo levanta a seguinte questão de partida:

**Quais os desafios enfrentados pelo Tribunal de Contas de Cabo Verde no Processo de Implementação dos princípios éticos na gestão da coisa pública?**

## **Hipóteses**

Constituem hipóteses deste trabalho:

- A ética é um dos instrumentos de extrema relevância para gestão da coisa pública.
- Há alguns desafios enfrentados pelo tribunal no processo de controlo da coisa pública.

## **Objectivos do estudo:**

### **❖ Objectivo geral**

- Conhecer os desafios enfrentados pelo Tribunal de Contas de Cabo Verde no Processo de Implementação dos princípios éticos na gestão da coisa pública.

### **❖ Objectivos específicos**

- Entender a ética no contexto da gestão Pública
- Identificar e descrever as acções voltadas para o controle da ética na administração pública implementada pelo Tribunal de Contas de Cabo Verde.
- Identificar e analisar os desafios enfrentados pelo Tribunal de Contas de Cabo Verde no processo de implementação dos princípios éticos na gestão da coisa pública.

## **Estrutura da Monografia**

Quanto a estrutura do trabalho além da introdução, conclusão, referências bibliográficas e apêndices, como a seguir apresenta. Capítulo I, apresenta o conceito da Administração Pública, as suas finalidades e seus princípios. Capítulo II, é apresentado a ética na Administração Pública, onde desenvolvemos as principais questões sobre a ética, particularmente a ética profissional. No Capítulo III, apresenta as estratégias metodológicas utilizadas neste trabalho. No Capítulo IV, apresenta-se a análise do caso do Tribunal de Contas de Cabo Verde.

# CAPÍTULO I. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM CABO VERDE

## 1.1. Breve história e conceito sobre Administração Pública

O termo Administração Pública, hoje muito difundido, é muito amplo por abranger uma ideia bastante complexa da função pública. Segundo Ferreira (2001), Administração tem sua origem em *Administrare* “gerir um bem, defendido os interesses dos que o possuem”, ou seja administrar é uma aplicação de gerir. O autor preocupa-se, contudo ressaltar que nas línguas inglesas a palavra *Administratiom* (mesma grafia pela ambos idiomas) é normalmente associada a administração pública e para empresas privadas utilizam respectivamente *management* e *gestiom*, o que nos leva a pensar que nesses países a ideia de administração já esta intimamente ligada ao serviço público<sup>2</sup>.

Algumas definições, como a de Granjeiro & Castro (1997, pág.7), conceitua Administração Pública como arte ou ciência, e abrange o estudo ou disciplina e a atividade ou o processo de administrar o interesse público,

## 1.2. Finalidade da Administração Pública

A função ou finalidade da Administração Pública corresponderá à tutela do interesse público. Para Gordillo, “o estudo da função administrativa compreende não apenas quem exerce a função, senão também como e com que fundamento, com que meios e, fundamentalmente, até onde e com que limitações se a exerce”

Portanto a função primordial da Administração Pública é estar ao serviço dos cidadãos, promovendo o bem-estar colectivo, uma vez que a finalidade da actuação estatal é o bem comum. Assim, quando se faz menção à ética na Administração Pública, imediatamente vem a mente o princípio da moralidade, que foi erigido à condição de princípio constitucional em 1988, quando da sua inserção no art. 37ºcaput. Esta co-relação existente entre ética e

---

<sup>2</sup> Serviço público é toda aquela prestado pela Administração ou por seus delegados sob normas e controle estatais para a satisfação, visando o atingimento dos interesses da colectividade, segundo Santos (2007).

moralidade administrativa, como também dos demais princípios arrolados no art. 37º da Magna Carta.

A Administração Pública tem como fim a realização do bem comum, ou seja, atender ao interesse da colectividade, desde a protecção das fronteiras, segurança da paz, até as mínimas necessidades comuns das pessoas. O Poder Executivo apresenta como competência prevalente o exercício de todos os actos que se direccionam ao cumprimento da função administrativa.

A Administração Pública pode então ser entendida como a actividade que desenvolvem os órgãos que compõem o Poder Executivo com vista á consecução da finalidade do Estado, traduzida na satisfação do interesse social e no cumprimento das suas obrigações fundamentais do Estado.

No dizer de Meirelles (2005): "os fins da administração se consubstanciam na defesa do interesse público". Os actos administrativos, de qualquer espécie, praticados sem a reserva do interesse público, configuram desvio de finalidade. Nesse sentido, a administração pública se orienta por um conjunto de princípios, dentre os quais figura o princípio da finalidade, de forma que sua actuação, em qualquer acto que lhe exteriorize a vontade só pode ser lícitamente praticado se destinado ao seu precípua objectivo, representado pelo interesse público. O contraste que venha a se estabelecer entre o acto e a sua finalidade torna-o passível de ser atacado através do controle judicial, e também pela via da acção popular, que é meio especial, constitucional de que está munido todo o cidadão nacional para exigir a anulação de acto administrativo que, ao divorciar-se da sua finalidade, se mostre lesivo a património público que se inclui ou venha a afectar o interesse da colectividade. Portanto, graves e pesados são os encargos daqueles que têm atribuição de gerência sobre bens e interesses da sociedade. Se de um lado lhes são conferidos poderes para o eficaz desempenho de suas atribuições, de outro, se lhes impõem deveres. E considerando ser este poder oriundo de um ordenamento jurídico marcado pela supremacia tal qual é a Constituição, o seu exercício apresenta-se como um dever. Há, assim, em relação à Administração Pública o que o mesmo autor, denomina de "obrigação de actuar". Em reserva, no campo da administração pública, a cada porção de poder distribuído corresponderá, sempre, igual ou maior porção de dever exercê-lo de forma eficiente, honesta transparente e dirigida no sentido do bem comum, que é a própria razão em que se funda o poder conferido.



Conforme já se referiu, é para a prestação dos serviços necessários ou úteis à colectividade que se concebe a Administração Pública. Fora desta função não é justificável a presença deste organismo. Ademais, é através da prestação dos serviços públicos e dos serviços de utilidade pública os primeiros essenciais à vida da comunidade e os últimos, úteis ou convenientes que a Administração Pública realiza os seus fins. E isto sublinha este autor que: “Os fins da Administração Pública se resumem num único objectivo: o bem comum da colectividade administrada. Toda actividade do administrador público deve ser orientada para esse objectivo. Se ele, o administrador, se afasta ou desvia, trai o mandato de que está investido, porque a comunidade não instituiu a Administração senão como meio de atingir o bem-estar social. Ilícito (ilegal) e imoral será todo acto administrativo que não for praticado no interesse da colectividade”.

Sendo a democracia o poder emanado do povo, todo e qualquer Estado de Direito Democrático prima pela ética, devia eleger esse elemento como sendo um dos pilares de todos os seus programas de governação.

Portanto, a função pública sempre estará erigida a uma finalidade, terá uma conotação teleológica. Não se pode olvidar (esquecer) que a configuração do Estado Democrático de Direito pressupõe novas funcionalidades da Administração Pública, constituindo-se na gestora dos interesses colectivos. Pois, deve propiciar fórmulas ou medidas que impliquem na colaboração da sociedade e dos cidadãos. Os cidadãos devem actuar como legítimos colaboradores e protagonistas da Administração na gestão dos próprios interesses com vista a elaboração de critérios que impulsionem o interesse colectivo e, com isso, realizar adequadamente a intercomunicação com os agentes sociais para melhor definição das Políticas Públicas<sup>3</sup>.

### **1.3. Estado e a Administração Pública**

Para entendermos melhor a Administração Pública é necessário estudar o conceito de Estado e a sua estrutura.

A administração pública pode ser definida objectivamente como a actividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para assegurar os interesses colectivos e subjectivamente

---

<sup>3</sup> Políticas públicas são totalidade de acções, metas e planos que os governos traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público, segundo Brenner (2008)

como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a Lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.

Sob o aspecto operacional, administração pública é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico dos serviços próprios do Estado, em benefício da colectividade.

A administração pública pode ser directa, quando composta pelos entes federados (União, Estados, Municípios e Distrito Federal (DF)), ou indirecta, quando composta por entidades autárquicas, fundacionais e paraestatais.

Administração Pública tem como principal objectivo o interesse público, seguindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A administração pública é conceituada com base em dois aspectos: objectivo (também chamado material ou funcional) e subjectivo (também chamado formal ou orgânico)<sup>4</sup>.

Segundo ensina Di Pietro (2000) o conceito de administração pública divide-se em dois sentidos: Em sentido objectivo e subjectivo. Em sentido objectivo, material ou funcional, a administração pública pode ser definida como a actividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico de direito público, para a consecução dos interesses colectivos. Em sentido subjectivo, formal ou orgânico, pode-se definir Administração Pública, como sendo o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.

Em sentido objectivo é a actividade administrativa executada pelo Estado, por seus órgãos e agentes, com base em sua função administrativa. É a gestão dos interesses públicos, por meio de prestação de serviços públicos.

Já no sentido subjectivo é o conjunto de agentes, órgãos e entidades designados para executar actividades administrativas.

Assim, administração pública em sentido material é administrar os interesses da colectividade e em sentido formal é o conjunto de entidades, órgãos e agentes que executam a função

---

<sup>4</sup> Di Pietro, M. S. (2000). **Direito Administrativo** (12 ed.). São Paulo: Atlas.

administrativa do Estado. As actividades estritamente administrativas devem ser exercidas pelo próprio Estado ou por seus agentes.

O Estado moderno exerce o poder e a soberania nos limites e conformemente ao Direito, é chamado de Estado de Direito, isto é, o Estado actua orientado pelo princípio de auto delimitação, que se traduz na edição de leis obrigatórias para toda colectividade e também para o próprio Estado. O estado moderno por ser um Estado de Direito, caracteriza-se por chamar a si mesmo a tarefa de estimular a satisfação das necessidades colectivas. É um Estado que intervêm para promover a igualdade de condições e situações económico-sociais, reconhecido, na actualidade, como o Estado do bem-estar, que regula o exercício de conjunto de Direitos, actividades e garantias, da colectividade, condicionando-as á sua função social<sup>5</sup>.

Conforme o decreto legislativo nº2/95 de 20 de Junho, art.3º a), b)e c), a organização da Administração Publica compreende: Administração directa e indirecta. Administração directa é aquela composta pelo conjunto de serviços, com ou sem autonomia administrativa ou financeira, centrais ou descentralizados, sob a direcção superior do Governo. Administração indirecta é aquela composta por entidades com personalidade, forma jurídica própria, que foram criadas para realizar actividades do Governo descentralizados (exemplos: as Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista)<sup>6</sup>.

## 1.4. Os Poderes do Estado

A Administração Pública, inclusive para o caso de Cabo Verde – e assim consagrado na Constituição da República de Cabo Verde, é composta pelos três poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judicial<sup>7</sup>. Assim, podemos definir respectivamente a função administrativa de cada poder e de seus agentes.

### 1)Poder Legislativo

No sistema de três poderes proposto por Montesquieu<sup>8</sup>, o poder legislativo é representado legislativo na maioria das repúblicas e monarquias é constituído por um Congresso,

---

<sup>5</sup> Di Pietro, M. S. (2000). **Direito Administrativo** (12 ed.). São Paulo: Atlas.

<sup>6</sup> Garantias dos Particulares, Decreto Legislativo nº2/95 de 20 de Junho, art.3º a), b)e c),página 9.

<sup>7</sup> Constituição da República de Cabo Verde,art.7º,página 25.

<sup>8</sup> Disponível em: [www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br) / [www.redegoverno.gov.br](http://www.redegoverno.gov.br).

Parlamento, Assembleias ou Câmaras. O objectivo do poder legislativo é elaborar normas de direito de abrangência geral (ou, raramente, de abrangência individual) que são estabelecidas aos cidadãos ou às instituições públicas nas suas relações recíprocas.

Em regimes ditatoriais, o poder legislativo é exercido pelo próprio ditador ou por câmara legislativa nomeada por ele.

Entre as funções elementares do poder legislativo estão as de fiscalizar o Poder Executivo, votar leis orçamentárias e, em situações específicas, julgar determinadas pessoas, como o Presidente da República ou os próprios membros do legislativo. O poder legislativo é o poder de legislar e de criar leis.

2) O Poder Executivo segundo a teoria da separação dos poderes é um dos poderes governamentais, cuja responsabilidade é a de implementar, ou executar, as leis e a agenda diária do governo ou do Estado. De fato, o poder executivo de uma nação é regularmente relacionado ao próprio governo. O poder executivo pode ser representado, em nível nacional, por apenas um órgão (Presidência da República, no caso de um presidencialismo), ou pode ser dividido (parlamento e coroa real, no caso de monarquia constitucional)

3) Poder Judicial: tem como função principal a de julgar, exercendo-a em todo o âmbito da Administração. Aqui também pode-se verificar a função legislativa e administrativa.

Dentre os autores, Aranha. Oswaldo destacou que as actividades legislativas e executivas compõem a função integrativa do Estado, com atribuições específicas: da primeira de criação da lei (enquanto norma geral abstracta e inovadora) e, da segunda, garantir o cumprimento da lei.

## **1.5. Estado e suas Funções**

Como é sabido, segundo Sousa & Matos (2004) o Estado-coletividade define-se como o povo fixado em determinado território, no qual institui, por autoridade própria, um poder político relativamente autónoma. Este poder político prossegue fins diversificados que, contemporaneamente, abrangem a segurança, individual e colectiva, interna e externa, a justiça, comutativa e distributiva, e o bem-estar económico, social e cultural. Por um lado, a

realização destes fins exige a existência de entes jurídicos incumbidos da sua prossecução (Estado-aparelho); por outro, implica o desenvolvimento de actividades ou funções (funções do estado), que se localizam em planos diversos, de tal modo que, entre elas, é possível estabelecer relações de primazia e subordinação.

Antes de mais, o poder político estabelece, numa constituição material as normas (regras e princípios) essenciais que regem os elementos e as principais estruturas do Estado, bem como os seus fins, a organização e actuação das entidades públicas, as suas relações com os cidadãos e as deste entre si (função constituintes), em momentos posteriores, torna-se necessário \_ de forma subordinada á função constituinte, e nessa exacta medida, condicionada pelos limites por eles previstos\_ rever a Constituição, de modo a adaptá-la ao devir colectivo (função de revisão constitucional). A Constituição, incorporando as alterações introduzidas pela sua revisão, circunscreve o desempenho das restantes funções do Estado, que podem por sua vez, desdobra-se em dois patamares: o das funções primárias e das funções secundárias do Estado, sendo estas condicionadas pelas primeiras. As funções primárias são a função política e a função legislativa<sup>9</sup>.

## **1.6. Princípios Gerais da Administração Pública Cabo-verdiana**

A Administração Pública Cabo-verdiana devido à sua especificidade e complexidade, publicou os seguintes princípios gerais <sup>10</sup>que estão consagrados no Decreto Legislativo nº 02/95, de 20 de Junho no art.5º até ao art.12º:

### **Princípio da legalidade:**

A Administração Pública deve actuar em conformidade com a Constituição da República e demais leis, dentro dos limites dos poderes que estejam atribuídos aos seus órgãos e de acordo com os fins para que os mesmos poderes lhes foram conferidos

### **Princípio da justiça e da imparcialidade:**

A Administração Pública deve tratar de forma justa e imparcial todos os que com ela entrem em relação;

---

<sup>9</sup>Sousa, M. R., & Matos, A. S. (2004) p.32. **Direito Administrativo Geral: Introdução e Princípios Fundamentais** (Vol. I). Lisboa: Dom Quixote.

<sup>10</sup> Garantia dos Particulares, consagrados no Decreto Legislativo nº 02/95, de 20 de Junho no art.5º ao art.12º.

A Administração Pública não pode privilegiar, beneficiar, prejudicar, privar de qualquer direito ou isentar de qualquer dever nenhum administrado, designadamente em razão da ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social;

As decisões da Administração Pública que colidam com direitos ou interesses legalmente protegidos dos particulares só podem afectar essas posições em termos adequados e proporcionais aos objectivos a realizar.

### **: Princípio da transparência**

A Administração Pública deve, no exercício da sua actividade, actuar com transparência;

Os particulares têm direito de ser informados pela administração, sempre que requeiram, sobre o andamento dos procedimentos em que sejam directamente interessados, bem como o direito de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas;

O direito referido no ponto anterior é extensivo, nos termos da lei, a quaisquer pessoas que provêm ter interesse legítimo no conhecimento dos elementos pretendidos;

Todas as pessoas têm, nos termos regulados em diploma próprio, o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matéria de natureza reservada ou secreta, designadamente relativas à segurança interna e externa, à intimidade das pessoas.

### **Princípio do interesse público:**

A Administração Pública prossegue exclusivamente o interesse colectivo;

Os órgãos da Administração Pública só podem prosseguir os fins de interesse colectivo incluindo nas atribuições da respectiva pessoa colectiva, sendo nulos os actos administrativos estranhos às mesmas atribuições;

Na prossecução do interesse colectivo, os órgãos da Administração Pública devem respeitar os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

### **Princípio da desconcentração e da descentralização:**

A Administração Pública deve ser estruturada de modo a aproximar os serviços das populações e de forma não burocratizada, a fim de assegurar a celeridade, a economia e a eficiência das suas decisões;

Sempre que se mostre necessário ou conveniente para melhorar a eficácia e eficiência do serviço público, a prossecução de atribuições de pessoas colectivas de direito publico e os correspondentes recursos devem ser transferidos para pessoas colectivas de direito público de âmbito territorial ou institucional mais restrito ou para organizações da sociedade civil, salvo disposição constitucional em contrário e sem prejuízo do direito de fiscalização e controlo.

**Princípio da colaboração com particulares:**

A Administração Pública deve assegurar a participação dos particulares na formação das decisões que lhes disserem respeito e no desempenho da função administrativa, designadamente garantindo-lhes o direito de audiência e de informação nos termos da lei;

A Administração Pública deve apoiar e estimular as iniciativas dos particulares na prossecução do interesse colectivo e receber com interesse as suas sugestões e informações.

**Princípio da decisão:**

Os órgãos administrativos têm, nos termos da lei, o dever de se pronunciar sobre todos os assuntos da sua competência que lhes sejam apresentados pelos particulares;

Não existe o dever de decisão quando o órgão tenha praticado, há menos de dois anos, acto administrativo sobre o mesmo pedido formulado pelo mesmo particular com os mesmos fundamentos.

**Princípio do acesso à justiça:**

Aos particulares é garantido, nos termos da lei, o acesso à justiça para tutela dos seus direitos e interesses legalmente protegidos e para fiscalização da legalidade dos actos da Administração Pública.

O foco, desde então, é contextualizar o processo de Reforma do Estado e da Administração Pública em desenvolvimento, apontando peculiaridades, conquistas e desafios, valorizando os dados e achados da pesquisa visáveis ao objectivo pretendido com o estudo.

## **CAPÍTULO II. ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM CABO VERDE**

### **2.1. Ética na Administração Pública**

A primeira questão que devemos considerar, diz respeito ao lugar da ética como um instrumento de gestão no contexto da Administração Pública introduzida, como um programa no meio de um aparelho estatal bem estabelecido, repleto de normas e muito bem hierarquizado, no qual o Estado, ou o serviço público, normalmente, tem sido sistematicamente pensado como uma alavanca para o desenvolvimento e até mesmo para a salvação da Pátria, como é comum se ouvir hoje, repete-se esse mote, dentro de um clima ideológico frequentemente nacionalista e exageradamente estatizante, pelo menos para o advento da ética na gestão pública é uma novidade e por ser uma novidade é também um problema, gera uma série de problemas.

Actualmente, a mediação entre Administração Pública e Ética é inevitável<sup>11</sup>, até porque as questões éticas sempre estiveram no centro das teorizações filosóficas da humanidade. Na antiguidade, ligada aos assuntos da natureza e individuais do homem; à Deus no medievo; e na modernidade, migrou ao público e à colectividade, tomando assento definitivo. A formação do Estado estruturado na tripartição de poderes propiciou a condução do debate ético para o seio da sociedade, no entanto, a preocupação das coisas éticas, no fórum da Administração Pública, vem ganhando maior espaço quando da reflexão acerca da finalidade da actuação estatal.

Mesmo quando esse programa de ética faz parte da modernização do Estado iniciado nesse Governo, de acordo com uma agenda mundial e na trilha aberta por muitos outros

O que a Ética como instrumento de gestão surpreendentemente demanda não é um diploma de doutor nem os devidos relacionamentos pessoais, partidários e profissionais. Mas eis a novidade perturbadora, um perene esforço de autoconsciência relativamente às implicações morais e não apenas instrumentais ou racionais do cargo que aquela pessoa está ocupando.

A ética não orienta, apenas as acções dos indivíduos. Aplicam-se também aos entes colectivos e jurídicos e aos seus procedimentos. É assim que alcançam a Administração

---

<sup>11</sup>Gonçalves. M. B. (2010); **Ética e Transparência na Administração Pública em Cabo Verde** (Dissertação de mestrado na UNICV).



Pública, subordinada que está aos mesmos princípios e conceitos reguladores da intervenção do Estado, como ente ético-política, submetido ao controle social.

Um funcionalismo público consciente, uma máquina administrativa consciente e praticante da Ética como Instrumento de gestão pública que contesta de maneira forte com a conduta habitual do administrador, frequentemente sabedor dos planos de mudança da organização estatal, que é normalmente céptico, realista e seguro de que essas transformações só devem acontecer num plano formal e externo sem atingir o sistema de crenças e, sobretudo, o sistema de comportamento.

Segundo Gonçalves (2010), o julgamento ético e moral no âmbito da Administração Pública, necessita ter carácter objectivo e público, dependendo do grau de desenvolvimento da sociedade, expressar-se com maior ou menor rigidez. No entanto, dada a dificuldade de atender ao requisito da objectividade pela relativa imprecisão dos conceitos da ética e moral, refere-se, no julgamento dos actos administrativos, a noção de legalidade, a que se encontra subsumido em boa parte a moral, uma vez que este vem sendo absorvido crescentemente pelo Direito enquanto instância vinculada a justiça.

## **2.2. Princípios Éticos da Administração Pública**

Segundo a carta ética da administração pública, os seus funcionários encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo<sup>12</sup>.

- **Princípios de Actuação do Serviço Público** → os funcionários encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo.
- **Princípio da Justiça e da Imparcialidade** → os funcionários, no exercício da sua actividade, devem tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, actuando segundo rigorosos princípios de neutralidade.

---

<sup>12</sup> Carta ética da Administração Pública; pesquisa a pessoas que tem conhecimento da matéria, que trabalham nas Instituições Públicas em Cabo Verde.

- **Princípio da Igualdade** → os funcionários não podem beneficiar ou prejudicar qualquer cidadão em função da sua ascendência, sexo, raça, língua, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, situação económica ou condição social.
- **Princípio da Proporcionalidade** → os funcionários, no exercício da sua actividade, só podem exigir aos cidadãos o indispensável à realização da actividade administrativa.
- **Princípio da Colaboração e da Boa-fé** → os funcionários, no exercício da sua actividade, devem colaborar com os cidadãos, segundo o princípio da Boa-fé, tendo em vista a realização do interesse da comunidade e fomentar a sua participação na realização da actividade administrativa.
- **Princípio da Informação e da Qualidade** → os funcionários devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida.
- **Princípio da Lealdade** → os funcionários, no exercício da sua actividade, devem agir de forma leal, solidária e cooperante.
- **Princípios da Integridade** → os funcionários regem-se segundo critérios de honestidade pessoal e de integridade de carácter.
- **Princípio da Competência e Responsabilidade** → os funcionários agem de forma responsável e competente, dedicada e crítica, empenhando-se na valorização profissional.
- **Princípio da Legalidade** → os funcionários actuam em conformidade com os princípios constitucionais e de acordo com a lei e o direito.

### 2.3. Ética versus Éticas

De acordo com Alain Etchegoyen, em “La Valse des Étiques” (1991), observa como a transição da moral singular para as éticas plurais é um sinal dos tempos de hoje.

Ora os homens do poder sabem, desde Maquiavel, que a moralidade da imagem pode ser um poderoso elemento de eficácia concebido como fundamento essencial da sua acção. Se a ética funciona bem, é preciso dela usar e mesmo abusar. Mas a incerteza triunfa quando os actores sociais se investem de nova legitimidade em múltiplos lugares: propõem então sua ética,

aqueles que dominam, comandam ou controlam. Pilares para uma Administração Pública Ética.

A ética é a ciência que estuda o comportamento moral dos homens na sociedade. Esta definição nos remete a duas questões importantes, segundo Passos (2004;23) "ao carácter social da moral e o seu aspecto dialéctico. O primeiro relacione-se com o papel que ela desempenha na sociedade, no sentido de possibilitar um equilíbrio entre os anseios individuais e os interesses da sociedade, assim, não existe uma moral individual, ela é sempre social, pois envolve relações entre sujeitos. Perante isso, as normas morais são colocadas em função de uma concepção teórica em vigor, que é quase sempre a concepção dominante.

No segundo aspecto, é sabido que os valores morais expressam uma cultura. Uma cultura organizacional ética proporciona a elevação do clima de confiança e respeito entre os integrantes da instituição, relacionando de forma directa ou indirecta com a instituição. Outro benefício complementar diz respeito á redução de custos e aumento de produtividade unida ao crescente nível de satisfação geral advindos do clima ético no ambiente de trabalho.

A ética às vezes gera uma certa confusão porque aqui não está se referindo ao foro íntimo, ao bom mocismo, refere-se a uma conduta estritamente profissional, que visa estritamente o interesse público, na opinião de que serviço público é exactamente isso, é servir ao público, o que implica, portanto, posturas de conduta moral.

## **2.4. Operacionalização e Monitoramento das Decisões através da Ética**

A ética empresarial ocupa uma posição peculiar no campo da ética "aplicada". Tal como os seus equivalentes em profissões como a medicina e o Direito, consiste numa aplicação duvidosa de alguns princípios éticos muitos gerais a situação e crises bastante específicas e muitas vezes únicas. Mas, ao contrário destas aplicações, a ética empresarial trata de uma área de empreendimento humano cujos particulares, na sua maioria, não gozam de um estatuto profissional, e cujos motivos muitas vezes se pensa (e se diz) serem pouco notável. A cobiça é muitas vezes citada como o único motor da vida empresarial, e muita da história da ética empresarial é, conseqüentemente, pouco lisonjeira (agradável) para a actividade empresarial. Num certo sentido, podemos seguir o percurso desta história até á época medieval e antiga, quando, além dos ataques á actividade empresarial que encontramos na

filosofia e na religião, pensadores tão práticos como Cícero (orador) prestaram uma atenção cuidada a questão da equidade nas transações comerciais correntes.

Muitos autores definem a ética profissional como sendo um conjunto de normas de conduta que deverão ser postas em prática no exercício de qualquer profissão. Sendo assim, a acção reguladora da ética que age no desempenho das profissões, faz com que o profissional respeite seu semelhante quando no exercício da sua profissão.

A ética na Administração Pública só é possível se inserida numa política global e, integradas, visando sua efectivação. Porque medidos avulsa e, por isso, inoculas como publicações de leis e princípios ou mesmo mecanismos de controlo da conformidade processual ou legal, independentemente da contribuição ética que possam trazer, são marcados por uma utilização de cariz meramente simbólico e não significam, tão pouco a interiorização, quanto mais a garantia de conformidade de actuação de conduta para com os mesmos e até responsabilização decorrente de más práticas.

A ética profissional estudaria e regularia o relacionamento do profissional com sua clientela, visando a dignidade humana e a construção do bem-estar no contexto sócio-cultural onde exerce sua profissão, atingindo toda profissão. Quando se fala de ética profissional refere-se ao carácter normativo e até jurídico que regulamenta determinada profissão a partir de estatutos e códigos específicos. Assim temos a ética médica, do advogado, do biólogo, do psicólogo, etc, relacionada em seus respectivos Códigos de Ética<sup>13</sup>.

Segundo (Matos;2004) afirma que, as profissões, em geral apresentam a ética firmada em questões relevantes que ultrapassam o campo profissional em si (como o aborto, pena de morte, seqüestros, e outros), que são questões morais que se apresentam como problemas éticos, pois pedem uma reflexão profunda e assim, um profissional, ao se debruçar sobre elas, não o faz apenas como tal, mas como um pensador, um filósofo da ciência, ou seja, da profissão que exerce. Desta forma, a reflexão ética entra na moralidade de qualquer actividade profissional humana.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Rego, A. (2007). **Gestão Ética e Socialmente Responsável**. Lisboa: RH.

<sup>14</sup> Sousa, M. R., & Matos, A. S. (2004). **Direito Administrativo Geral: Introdução e Principios Fundamentais** (Vol. I). Lisboa: Dom Quixote

A ética inerente à vida humana é de suma importância na vida profissional, assim para o profissional a ética não é somente inerente, mas indispensável a este. Na acção humana o fazer e o agir estão interligados. O fazer diz respeito à competência, à eficiência que todo profissional deve possuir para exercer bem a sua profissão. O agir se refere à conduta do profissional, conjunto de atitudes que deve assumir no desempenho de sua profissão.

Também subescreve (Souza, 1984, p. 69) o agir" da pessoa humana está condicionado a duas premissas consideradas básicas pela Ética: "o que é" o homem e "para que vive", logo toda capacitação científica ou técnica precisa estar em conexão com os princípios essenciais da Ética

É imprescindível estar sempre bem informado, acompanhando não apenas as mudanças nos conhecimentos técnicos da sua área profissional, mas também nos aspectos legais e normativos. Muitos processos ético-disciplinares nos conselhos profissionais acontecem por desconhecimento, negligência<sup>15</sup>.

No dizer Rego (2007), pode-se dizer categoricamente que o conceito de profissão em termos éticos se associa às duas (2) dimensões deontológicas: por um lado, a dimensão social que responde ao interesse comum ou colectivo; por outro, a dimensão individual que integra o interesse ou benefício particular.

A profissão implica sempre a materialização dos pressupostos éticos, pois ela lida com os seres humanos. Outrossim, a ética profissional é também diversificada, uma vez que as actividades profissionais, na óptica da sua diversidade e especificidade, pressupõem um quadro deontológico revestido de ângulo social e pessoal.

Por sua vez, o código deontológico profissional alimenta e orienta as acções dos diferentes actores organizacionais.

A ética às vezes gera uma certa confusão porque aqui não está se referindo ao foro íntimo, ao bom mocismo, refere-se a uma conduta estritamente profissional, que visa estritamente o interesse público, na presunção de que serviço público é exactamente isso, é servir ao público, o que implica, portanto, posturas de conduta moral que devem ser absolutamente transparentes.

---

<sup>15</sup> Souza, N. d. (1984). **Ética e Vida Profissional** (Edições ed.). Rio Janeiro..

De acordo com Abbagnano, (2000) <sup>16</sup>& Boff, (2003)<sup>17</sup>, a Ética como ciência da conduta, observaram duas concepções: i) "Ciência que trata do fim que deve orientar a conduta dos homens e dos meios para atingir tal fim". É o ideal formulado e perseguido pelo homem por sua natureza e essência.

ii) "Ciência que trata do móvel da conduta humana e procura determinar esse móvel visando dirigir a própria conduta".

Na primeira concepção vemos Sócrates como precursor da Ética no Ocidente, Platão que tratou da ética das virtudes em "A República", Aristóteles que trata do propósito da conduta humana de buscar a felicidade a partir da sua natureza racional. Hegel tratou do objectivo da conduta humana destacando o Estado como a realidade na qual a conduta encontra integração e perfeição, tratando a Ética como a filosofia do Direito.

Na segunda concepção, vemos Pródico que nos contempla com suas palavras: "*Se desejares ser honrado por uma cidade debes ser útil à cidade*".

Protágoras pregava o respeito mútuo e a justiça como condições necessárias à sobrevivência do Homem.

Kant situou a Ética no mundo da razão pura, no qual os seres racionais buscavam firmar esse mundo evitando os interesses individualizados e perseguindo o bem.

Ainda como ciência da conduta vemos a Ética no Homem que exerce algum poder sentindo-se o único sujeito real o eleito, o melhor, o mais capaz, o mais inteligente, portanto merecendo privilégios<sup>18</sup>.

Afirma Aricó (2001) que "a única ética possível estrutura-se na relação do sujeito com o outro, em que é importante ser preservado o complexo espaço para a intersubjectividade. Só nessa relação do sujeito com o outro podemos construir os valores éticos acerca do bem e do mal. Representa também a relação do indivíduo com as instituições e com a sociedade".

---

<sup>16</sup> Boff, L. (2003). **Graça e Experiência Humana: A Graça Libertadora no Mundo**. Petrópolis: Vozes.

<sup>17</sup> Abbagnano, N. (2000). **Dicionário de Filosofia** (4 ed.). São Paulo: Martins Fortes.

<sup>18</sup> Kant, I. (1991). **Crítica da Razão Pura** (4 ed., Vol. I). São Paulo: Nova Cultural.

Em geral, as profissões apresentam a ética firmada em questões relevantes que ultrapassam o campo profissional em si, outros, que são questões morais que se apresentam como problemas éticos, pois pedem uma reflexão profunda e assim, um profissional, ao se debruçar sobre elas, não o faz apenas como tal, mas como um pensador, um filósofo da ciência, ou seja, da profissão que exerce. Desta forma, a reflexão ética entra na moralidade de qualquer actividade profissional humana.<sup>19</sup>

A ética inerente à vida humana é de suma importância na vida profissional, assim para o profissional a ética não é somente inerente, mas indispensável a este. Na acção humana o fazer e o agir estão interligados. O fazer diz respeito à competência, à eficiência que todo profissional deve possuir para exercer bem a sua profissão. O agir se refere à conduta do profissional, conjunto de atitudes que deve assumir no desempenho de sua profissão.

Segundo o autor (Motta,1984),o agir" da pessoa humana está condicionado a duas premissas consideradas básicas pela Ética: "o que é" o homem e "para que vive", logo toda capacitação científica ou técnica precisa estar em conexão com os princípios essenciais da Ética. Constatamos assim o forte conteúdo ético presente no exercício profissional.

Ética profissional é o conjunto de normas morais pelas quais um indivíduo deve orientar seu comportamento profissional. A Ética é importante em todas as profissões, e para todo ser humano, para que todos possam viver bem em sociedade.

## 2.5. Ética e Moralidade Administrativa

Moral vem do latim *mos* e significa maneira de se comportar regulada pelo uso – costume; ética, por sua vez vem do grego, *ethos*, é o resultado da transliteração de dois vocábulos gregos *n0os* (*ethos* com vogal grega *êta*) e *E0os* (*ethos* com a vogal grega *epsilon*). O primeiro *ethos* (com a vogal grega *êta*) – significa morada, costume, entendido como o espaço construído pelo homem e, portanto, espaço humano, esquema praxeológico durável, estilo de vida e acção. O segundo *ethos* (com a vogal grega *epsilon*) – significa comportamento resultante da repetição dos mesmos actos, ratificação. Como resultado desta síntese de significados tem-se o termo *ethos*, entre o processo de formação do hábito e como disposição habitual para agir de certa maneira, o hábito como posição estável.

---

<sup>19</sup> Aricó, C. R. (2001). **Reflexões Sobre a Locura**. São Paulo: Ícone.

Utilizados equivocadamente como sinónimos, os termos moral e ética, são distintos, de origem etimológica similar. Vasquez (1975), acredita que a confusão existente sobre os dois temas (ética e moral) ocorre por ambos estarem relacionados ao comportamento humano, ressaltando que os actos/problemas morais são práticos e específicos, incidindo somente diante do acto em concreto; ao passo que actos/problemas éticos são caracterizados pela generalidade e seu aspecto é teórico – trata-se de juízos de valor que aprovam ou desaprovam moralmente os actos, portanto, *a priori* em relação à situação concreta.

É possível falar em comportamento moral somente quando o sujeito que assim se comporta é responsável pelos seus actos, mas isto, por sua vez, envolve o pressuposto de que pôde fazer o que queria fazer, ou seja, de que pôde escolher entre duas ou mais alternativas, e agir de acordo com a decisão tomada. O problema da liberdade da vontade, por isso, é inseparável do da responsabilidade.

Portanto, “decidir e agir numa situação concreta é problema prático moral”. Já no campo da ética, que é teórico, busca-se investigar ou explicar a natureza ou fundamento das normas morais que levaram o sujeito a agir desta ou daquela maneira diante da situação real. Não é a ética que cria a moral.

A ética parte do fato da existência da história da moral, isto é, toma como ponto de partida a diversidade de moral no tempo, com seus respectivos valores, princípios e normas. Como teoria, não se identifica com os princípios e normas de nenhuma moral em particular e tampouco pode adoptar uma atitude indiferente ou eclética diante delas. Juntamente com a explicação de suas diferenças, deve investigar o princípio que permita compreendê-las no seu movimento e no seu desenvolvimento, a ética deve fornecer a compreensão racional de um aspecto real, efectivo, do comportamento dos homens.

É inevitável a relação imediata que se estabelece entre ética e a moralidade administrativa. Comumente, ética e moral são tratadas como sinónimos, no entanto, talvez a inadequada associação se dê em razão de ambas versarem sobre o comportamento humano. De maneira bastante simplista, cabe distinção rápida, somente para recuperá-la, pois o tema já foi tratado: a ética consiste num direccionador do agir humano, é teórico e marcado pela generalidade, destinado a promover a reflexão e a justificação dos princípios que edificam a vida moral. Já a moral é prática e específica, altera-se de acordo com as transformações e variações que se sucedem na vida em sociedade.



O alarido conceitual ocorre também no sistema jurídico, onde inadvertidamente, se reduz a ética ao princípio da moralidade administrativa, insculpido expressamente no artigo 37º do texto constitucional. Subsumir a ética ao princípio da moralidade administrativa constitui-se num contra-senso.

Não que a moralidade administrativa esteja relegada ao segundo plano, de somenos importância. Mas, trata-se de reducionismo imperdoável restringir o conteúdo da ética ao referido princípio.

Analisando criticamente tal assertiva, verifica-se que há pretensão de racionalidade ética neutra, imparcial e universal. No entanto, como a teoria ética é produzida por homens que buscam explicar fundamentos morais, na actualidade não se admite a produção de conhecimentos desprovidos de quaisquer juízos de valor ou influências, outras que permitam o desenvolvimento de uma racionalidade pura.

Há entendimento de que a ética é a ciência da moral, isto é, o objecto da ética é o mundo moral – a realidade humana, não sendo apropriado, no entanto, reduzi-la a um conjunto de normas ou prescrições de condutas humanas. Desta forma, um sistema de normas ou código moral não é capaz de constituir-se uma ciência. No sentido dilatado, a moral organiza-se como o conjunto de regras de condutas assumidas por um grupo de pessoas em determinado espaço temporal. Já a ética ou a denominada filosofia moral, é parte integrante da filosofia destinada à reflexão dos princípios que fundamentam a vida moral<sup>20</sup>.

## **2.6. Ética como Deontologia**

A ética deontológica valoriza primeiramente o conceito de dever e só posteriormente o conceito de bem e as consequências das acções. Significa, portanto, que os juízos morais da acção humana não têm como justificação a obtenção de bons resultados ou a sua utilidade. Esta teoria avalia as acções do homem em função do seu princípio implícito e independentemente dos seus efeitos, tratando-se assim de uma ética formal, de uma ética do dever.

---

<sup>20</sup> Vazquez, A. S. (1975). **A Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Esta teoria ética ganha particular expressão em Immanuel Kant (1991), com o seu imperativo categórico (imperativo porque ordena e categórico por oposição a hipotético ou condicional), com o qual determina a moralidade dos actos. Essa lei fundamental assegura a sua universalidade pelo seu carácter formal e não se faz depender de qualquer fim concreto ou empírico. Kant enunciou-o deste modo: “Age de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal”. Devido à sua universalidade, as regras consideram o agir como baseado no puro dever, constituindo-se numa ética pura que não dita conteúdos mas normas formais, não se deixando contaminar pelo empirismo nem por exigências exteriores. É uma ética autónoma visto que o imperativo não pode ser exterior à própria vontade, nem se deixar contaminar por motivos extrínsecos. Trata-se, portanto, de uma ética própria do homem, não sendo contudo uma ética particular ou pessoal, pois não contempla interesses particulares mas universais. O agir deve, todavia, ser conformado com a boa vontade, isto é, a pessoa tem a boa vontade e age com base naquilo que é correcto, independentemente das consequências de sua decisão, sendo o correcto o que está em conformidade com o imperativo categórico. A autonomia do agir, leva a que Kant reconheça direitos universais, tal como a liberdade de expressão, a liberdade de escolha, o direito à privacidade ou a liberdade de consciência e como tal é inaceitável a instrumentalização do homem, entendendo-o como fim e nunca como meio. Kant foi um dos expoentes da exaltação do respeito pelo homem, diríamos hoje, da dignidade humana.

Segundo Rego (2007) os códigos que regem cada profissão são constituídos com o intuito de proteger os profissionais, a categoria a qual o mesmo pertence e todo o individuo dependem desses profissionais, porém existem muitos aspectos não previstos especificamente e que fazem parte do comprometimento do profissional em ser eticamente correto, algo que como já foi dito traz valores que estão arraigados no pessoal, na cultura e no ponto de vista de cada pessoa e que recai na ideia de que independente de receber elogios, o profissional ético está preocupado em fazer a coisa certa. Um código deontológico é um conjunto de normas, comportamentos e obrigações que devem pautar a actuação do profissional na sua prática diária. Em todas as profissões, deverá haver um código de ética, que pautará a actuação dos profissionais de forma a defender os interesses da comunidade, salvaguardar o profissional e honrar a profissão.

Existem códigos deontológicos com carácter normativo e vinculativo, ou seja, que obrigam os profissionais de determinada actividade a cumprirem com rigor os princípios estabelecidos.

Por outro lado há códigos deontológicos cuja função principal será a regulação profissional sendo exclusivamente um instrumento consultivo.

Um código de conduta profissional é um componente indispensável para o exercício livre e responsável de qualquer profissão digna de confiança pública. Embora insuficiente, o código de conduta como a norma representa um ideal de comportamento. Mas o comportamento real não existe na norma, reside na virtude. A virtude, porém, requer uma aprendizagem prática.

Os códigos segundo Mota (1984) estar de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de modo a garantir que não haja, ao abrigo de Códigos Deontológicos, perigo de abusos por parte de determinado grupo sobre a sociedade em geral.

Todos os Códigos de Ética Profissional, trazem em seu texto a maioria dos princípios: honestidade no trabalho, lealdade na empresa, alto nível de rendimento, respeito pela dignidade humana, sigilo profissional, observação das normas administrativas da instituição e muitos outros. O Código de Ética é um instrumento que serve para orientar o desempenho das instituições em suas acções e na interacção com seus públicos. Para um envolvimento maior, é importante que a instituição faça um código de ética bem objectivo, para facilitar a compreensão dos seus funcionários (Gomes, Henriette.2007).

Além das instituições, a maioria das profissões possuem seu próprio Código de Ética, principalmente em áreas da saúde onde envolve muitas questões éticas como vida, morte, que é o caso de médicos, enfermeiros, psicólogos.

Em cada profissão são elaboradas leis, com o intuito de proteger os profissionais, a categoria e as pessoas que dependem daquele profissional, mas há muitos aspectos não previstos especificamente e que fazem parte do comprometimento do profissional em ser eticamente correcto, isto é, fazer a coisa certa. Esta referência tem sido o objecto de estudo de muitos estudiosos parece ser a tendência do ser humano de defender, em primeiro lugar, seus interesses próprios e, quando esses interesses são de natureza pouco recomendável, ocorrem serios problemas.

O valor ético do esforço humano é variável em função do seu alcance, em face da comunidade. Os serviços realizados, visam o benefício de terceiros com consciência do bem comum.

Aquele que só se preocupa com os lucros, geralmente, tende a ter menor consciência de grupo e a ele pouco importa o que ocorre com a sua comunidade e muito menos com a sociedade. O número dos que trabalham visando primordialmente o rendimento é muito grande, fazendo assim com que as classes procurem defender-se contra a dilapidação de seus conceitos, tutelando o trabalho e zelando para que uma luta encarniçada não ocorra na disputa dos serviços, pois ficam vulneráveis ao individualismo.

A consciência de grupo tem surgido mais por interesse de defesa do que por altruísmo, pois garantida a liberdade de trabalho, se não se regular e tutelar a conduta, o individualismo pode transformar a vida dos profissionais em reciprocidade de agressão.

Tal luta quase sempre se processa em virtude da ambição de uns em cima de outros, e que em nome dessas ambições, podem ser praticadas quebras de sigilo. A tutela do trabalho processa-se pelo caminho da exigência de uma ética imposta através dos conselhos profissionais. As normas devem ser condizentes com as diversas formas de prestar o serviço de organizar o profissional para esse fim. A conduta profissional, muitas vezes, pode tornar-se agressiva, inconveniente e esta é uma das fortes razões pelas quais os códigos de ética quase sempre buscam maior abrangência. Ao referirmos à classe, ao social, não nos reportamos apenas a situações isoladas ou modelos particulares, mas a situações gerais.

O egoísmo de poucos pode atingir um número expressivo de pessoas e até mesmo influenciar o destino de nações, partindo da ausência de conduta virtuosa de minorias poderosas, preocupadas apenas com seus lucros. A conduta do ser humano pode tender ao egoísmo, mas, para os interesses de uma classe, de toda uma sociedade, é preciso que se acomode às normas, porque estas devem estar apoiadas em princípios de virtude, assim a ética tem sido o caminho justo e adequado, para o benefício geral. Quando se fala em virtudes profissionais, é preciso mencionar a existência dos códigos de ética profissional.

As relações de valor que existem entre o ideal moral traçado e os diversos campos da conduta humana podem ser reunidos em um instrumento regulador. Assim, o código de ética é uma espécie de contrato de classe em que os órgãos de fiscalização do exercício da profissão passam a controlar a execução de tal peça magna. Tudo deriva, pois, de critérios de condutas de um indivíduo perante seu grupo e o todo social.

Tem como base as virtudes que devem ser exigíveis e respeitadas no exercício da profissão, abrangendo o relacionamento com usuários, colegas de profissão, classe e sociedade. O interesse no cumprimento do referido código deve ser de todos. O exercício de uma virtude obrigatória torna-se exigível de cada profissional, como se uma lei fosse, uma vez que toda comunidade possui elementos qualificados e alguns que transgridem a prática das virtudes; seria utópico admitir uniformidade de conduta.

A disciplina, entretanto, é um contrato de atitudes, de deveres, de estados de consciência, e que deve formar um código de ética, tem sido a solução, notadamente nas classes profissionais que são egressas de cursos universitários (contadores, médicos, advogados, psicólogos, etc.). Uma ordem deve existir para que se consiga eliminar conflitos e especialmente evitar que se macule o bom nome e o conceito social de uma categoria.

A ética como deontologia fixa os deveres e responsabilidades requeridos por um determinado ambiente profissional e pode reflectir a evolução e novas prioridades estabelecidas por este grupo ou categoria de referência, damos o nome de código de conduta de conduta profissional e sua prioridade é ajudar e orientar os indivíduos integrantes desse grupo a viver os valores e as normas ali preconizados. Portanto, serve de garantia e segurança para a sociedade e se constitui, ao mesmo tempo, em um instrumento de defesa para os próprios profissionais face a exigências e prepotências a que possam ser sujeitos no ambiente em que actúan<sup>21</sup>.

### **Porquê a implementação do código deontológico na Administração Pública?**

Muitas vezes, somos nós, na nossa profissão, a furtarmo-nos a um bem tão precioso como é a ética no relacionamento com os outros. Contabilizamos as nossas expectativas sempre no intuito de obter ou reaver, sem qualquer forma desinteressada, o bem próprio. Cultivamos um certo padrão de importância e pretendemos um trato especial, pensamos que a ética é um papel a executar não por nós, mas pelos outros. É isto que acontece de forma tão disfarçada, que nem tomamos verdadeira consciência quando recorremos a subterfúgios, para justificarmos e subtilizar a ética que praticamos na profissão. Esta aparece destituída de códigos éticos, morais e deontológicos específicos porque se usam pretextos que reflectem

---

<sup>21</sup> Vazquez, A. S. (1975). **A Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

atenção excessiva à própria pessoa, predominando os interesses pessoais. Todos os cidadãos, devem ser capazes de reconhecer princípios de conduta essenciais à vida em comunidade. De outra forma, seria impossível a vida em sociedade. Mesmo não tendo conhecimento da Constituição da República de Cabo Verde qualquer cidadão Cabo-verdiano, reconhece que existe um conjunto de princípios de conduta aos quais está necessariamente obrigado, de entre os quais podemos salientar o princípio da liberdade de pensamento, de expressão, política ou religiosa. Deste modo, dentro da sociedade, existe um conjunto de profissões e instituições com as quais cada cidadão se relaciona ou das quais faz parte e que estão igualmente gizadas por princípios básicos de conduta. Dentro das instituições podemos destacar: os escuteiros, os bombeiros e, dentro das profissões: os professores, médicos e advogados, etc. Caberá a cada um de nós dar um novo ânimo à lei moral, fazendo das acções humanas um eco de responsabilidade e de respeito pelos outros e pela comunidade onde estamos inseridos.

## **CAPÍTULO III. METODOLOGIA**

O objectivo deste capítulo é apresentar os procedimentos metodológicos que foram utilizados para atender aos objectivos desta pesquisa e responder à questão de partida **“Quais os desafios enfrentados pelo Tribunal de Contas de Cabo Verde no Processo de Implementação dos princípios éticos na gestão da coisa pública”?**

### **3.1. Quanto ao Método**

O Método é a forma pela qual alcançamos um objectivo. É o conjunto de processos para conhecer uma realidade, produzir um objecto ou desenvolver certos comportamentos. Como se sabe, nem sempre um problema é resolvido ordenadamente, mas o método serve para que a solução seja compreensível por todos. Esta pesquisa está amparada no método indutivo.

O método indutivo, segundo Aristóteles é um método científico que obtém conclusões gerais a partir de premissas individuais. Trata-se do método científico, que se caracteriza por quatro etapas básicas: a observação e o registo de todos os factos; a análise e a classificação dos factos; a derivação indutiva de uma generalização a partir dos factos; e a verificação. Caracteriza-se pelo processo pelo qual, o pesquisador por meio de um levantamento particular, chega a determinadas conclusões gerais, ou seja, parte-se do específico para o geral.

Após uma revisão da literatura sobre a temática da “Ética na Administração Pública Cabo-verdiana”, foi desenhado um modelo de análise que orientou a pesquisa. Sistematizou-se inicialmente o conceito da “Ética na Administração Pública” descrevendo os desafios que o constituem e que ajudaram a compreender as análises elaboradas nesta pesquisa.

No dizer de Quivy (1998, p. 150) “ Modelo de análise é o prolongamento natural da problemática, articulando de forma operacional os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para Campenhoudt orientar o trabalho de observação e de análise”.

### **3.2. Característica da pesquisa**

Esta pesquisa tem carácter exploratório descritivo e explicativo. Segundo COLLIS, Jill & HUSSEY, Roger (2005): um estudo é geralmente considerado de natureza *exploratória* quando envolve levantamento bibliográfico, documental e entrevistas. Além disso, as

pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objectivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de um determinado facto.

As estratégias metodológicas propostas por esse autor foram usadas e permitiram conhecer um pouco mais sobre a realidade da ética na Administração Pública no nosso país particularmente no Tribunal de Contas de Cabo Verde. Esta pesquisa é considerada também exploratória porque, seu tom descritivo ocorre, pois é necessário descrever inicialmente de maneira clara e abrangente o fenómeno da ética, bem como a forma como ocorreu o seu desenvolvimento no Arquipélago em questão (COLLIS, Jill 2005).

Também é de carácter explicativo, porque ela preocupou-se em identificar os desafios enfrentados pelo Tribunal de Contas de Cabo Verde no Processo de Implementação dos Princípios Éticos na Gestão da coisa pública.

Trata-se de um estudo de caso. De acordo com Yin (2010, p. 124), “a evidência do estudo de caso pode vir de diversas fontes”, e estas podem ser qualitativa e/ou quantitativa, podendo ser “documentação, registros em arquivos, entrevistas, observação directa, observação participante e artefactos físicos”.

Ainda segundo esse autor (p.39), o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente evidentes.

A investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente diferenciada em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e como resultado, conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise de dados. (YIN, 2010, p. 40).

### **3.3. Quanto à Abordagem**

Para compreender o processo de abordagem qualitativa-Ética na Administração Pública Cabo-verdiana, esta pesquisa adoptou como estratégia metodológica qualitativa. Gomes e Amaral (2005, p. 46) asseguram que,

a integração das pesquisas qualitativas permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões no intuito de ter maior confiança de que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não se limita ao que pode ser colectado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionário, pode investigar diferentes questões em



diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e, até mesmo, dados estatísticos.

### **3.4. Universo e Amostra**

A pesquisa de campo foi realizada no Tribunal de Contas de Cabo Verde, em Achada de Santo António, Praia, na ilha de Santiago, uma das ilhas que formam o Arquipélago de Cabo Verde. Nesta ilha foi entrevistados seis (6) funcionários do Tribunal de Contas de Cabo Verde, nomeadamente o Presidente, o Director Administrativo, e quatro (4) Coordenadores da mesma instituição nos quais considera-se um número suficiente para a aplicação do mesmo, tendo em conta que esse trabalho abarca a ética profissional.

### **3.5. Sujeitos do Estudo**

Os sujeitos dessa pesquisa foram seleccionados com base no método da amostra não probabilística intencional. Segundo Berquó et. Al., (1981, p. 136), “ a amostra não probabilística intencional ocorre quando as unidades que compõem a amostra são escolhidas pelo pesquisador”, ou seja, a selecção das amostras no seu universo pode ser feita mediante um processo deliberado visando atender aos objectivos e às metas do trabalho. Sendo assim, foram entrevistados o presidente, o director Administrativo e coordenadores do TCCV.

- 1) Mesmo não trabalhando com uma amostra aleatória ou probabilística, esta pesquisa procurou entrevistar um número bastante significativo de sujeitos, isto é, para entender o processo da ética na Administração Pública em Cabo Verde foram aplicados questionários a seis funcionários.
- 2) Na elaboração do questionário e do roteiro de entrevista utilizados nesta pesquisa, procurou-se elaborar perguntas que podem ser respondidas pelo grupo entrevistado, visando chegar a conclusões mais precisas e consistentes do objecto, já que esses teriam de responder à mesma pergunta. Acredita-se que chegar a conclusões sobre o processo da ética baseada em percepções de três tipos de informante, é diferente de uma inferência feita com base em respostas de um só informante.
- 3) Outro critério usado na selecção das amostras desta pesquisa foi a localização da instituição em relação à prática da ética profissional.

### **3.6. Técnicas de Colecta e Análise dos Resultados.**

Uma das propostas desta pesquisa foi de triangular os resultados encontrados. Para que isso fosse possível, foi necessário utilizar técnicas de colecta e análise dos dados/informações. Gomes e Amaral (2005, p. 56) afirmam que, as formas diferenciadas de colectar e analisar os dados (qualitativa) permitem uma ideia ampla e inteligível da complexidade de um problema. As técnicas utilizadas nesta pesquisa foram agrupadas de acordo com as etapas da análise e discussão dos resultados apresentados, na primeira etapa foram feitas **Revisão Teórica e Análise Documental**; por último **Estudo de caso**.

## **CAPÍTULO IV.O CASO DE TRIBUNAL DE CONTAS DE CABO VERDE**

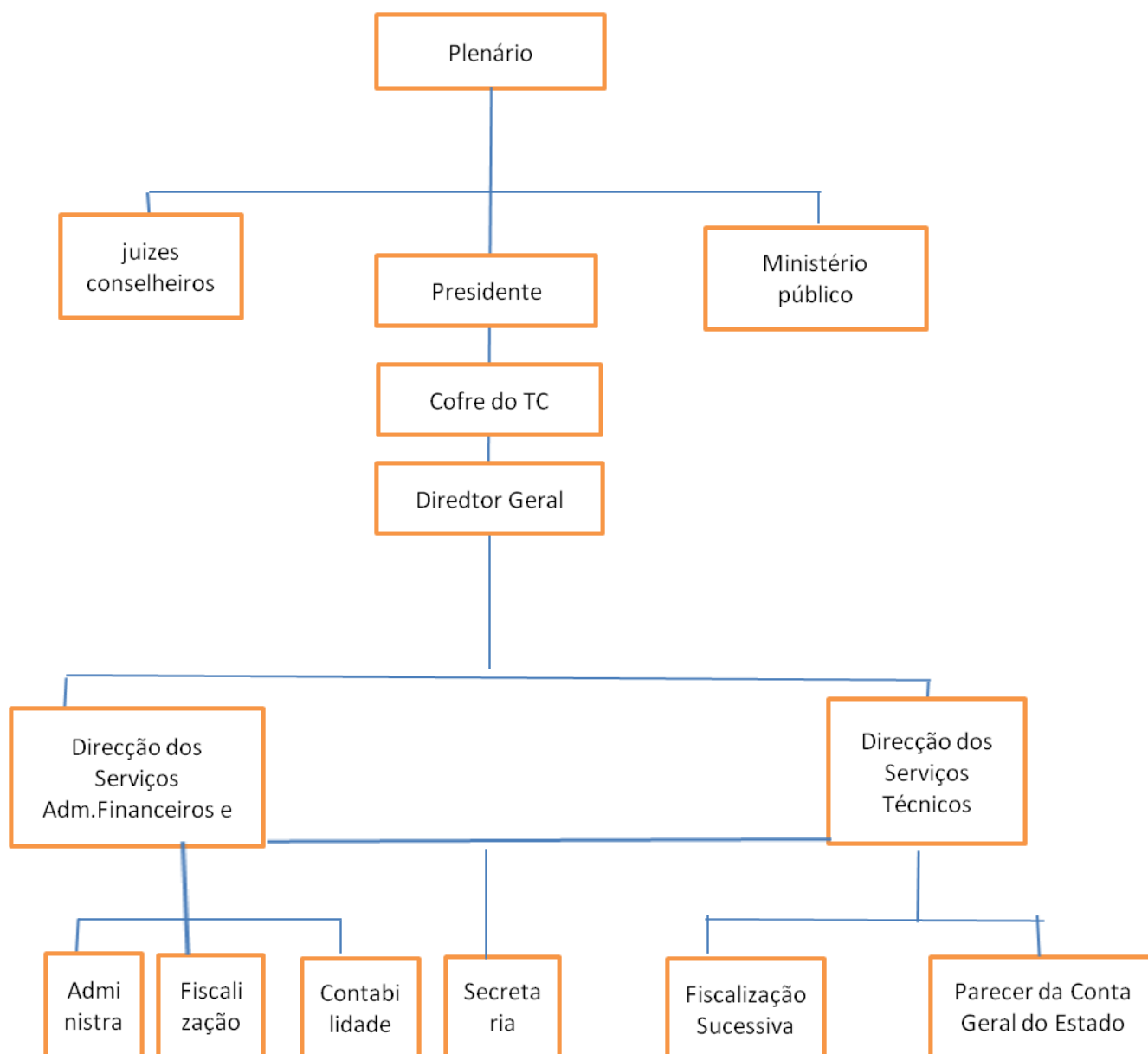
### **4.1. Breve Caracterização de Tribunal de Contas de Cabo Verde**

A Constituição da República de Cabo Verde, declara no seu artigo 219º que: o Tribunal de Contas (TC) é um órgão supremo de fiscalização da legalidade das despesas e do julgamento das contas que a lei mandar submeter- lhe, nos termos da Constituição da Republica e Cabo Verde (artigo 216º) e da Lei nº 84/IV/ 93 (artigo2º). Compete-lhe, ainda, dar parecer sobre a Conta Geral do Estado (lei nº84/IV/93), (artigo2º). É composto pelo Juiz Presidente e três juízes conselheiros. Tem como **missão** zelar pela melhoria da prestação de contas, promoção da cultura de integridade, responsabilidade e transparência como a forma de otimizar a utilização dos recursos públicos. E tem como **visão** promover a excelência na gestão do património público e contribuir para a boa governação. Em relação aos valores o TC enquanto Órgão Supremo de Fiscalização, orienta a sua acção no sentido de ética da solidariedade, rigor e eficácia na utilização dos recursos públicos; efectividade da acção individual e colectiva para atingir a eficiência máxima; independência e colaboração em defesa do bem comum; justiça e igualdade de tratamento em tempo útil e legalmente estabelecido; profissionalismo compatível com o desenvolvimento pessoal e institucional.

#### **Objectivos estratégicos:**

- Emitir o Relatório e o Parecer sobre a Conta Geral do Estado atempadamente, e levando a sua qualidade técnica e analítica;
- Alargar e intensificar o âmbito do controlo sucessivo, incluindo não só o controlo da legalidade e da regularidade, mas também de boa gestão financeira;
- Assegurar o controlo sucessivo e concomitante dos órgãos e instituições sujeitas à jurisdição do TC;
- Melhorar a fiscalização prévia dos contratos, com destaque para os de empreitadas de obras e de fornecimento de bens e serviços;
- Capacitar o TC de forma a garantir uma maior eficiência no seu funcionamento.

## Organograma



**Figura 1:** Estrutura orgânica do TCCV.

**Fonte:** Tribunal de Contas de Cabo Verde (2012)

## 4.2. Código de Ética do TCCV

Em primeiro lugar, é de salientar que o TCCV possui um código deontológico de ética “herdados” ou importados das instituições ou organizações internacionais (Brasil), o Código de Ética da INTOSAI.

No momento em que comemora os seus 90 anos de existência, este Tribunal de Contas se incumba de fortalecer a divulgação de importantes documentos técnicos, a fim de contribuir para o aprimoramento dos trabalhos editoriais e o cumprimento de tão importante missão constitucional.

Por razões práticas, propôs-se publicar o Código de Ética em uma edição conjunta, muito embora seja importante estabelecer as distinções e as correlações entre esses documentos relevantes da INTOSAI.

Baseando-se na Declaração de Lima de Diretrizes sobre Preceitos da Auditoria, o Código de Ética da INTOSAI deve ser considerado como complemento necessário para reforçar as Normas de Auditoria da INTOSAI publicadas pelo seu Comité de Normas, em Junho de 1992.

Os distintos documentos podem ser considerados como marco global com os seguintes elementos<sup>22</sup>:

- A Declaração de Lima representa o fundamento com seus conceitos gerais sobre a auditoria do sector público.
- O Código de Ética representa o próximo nível com sua declaração dos valores e princípios apoiando os auditores na execução de suas tarefas diárias. Um dos princípios estabelecidos no Código de Ética é a obrigação do auditor de aplicar normas de auditoria geralmente aceitas.
- As Normas de Auditoria, no nível subsequente, contêm postulados e princípios para a realização das auditorias.
- Distintas Diretrizes, representando o quarto nível, oferecem assistência prática para as EFSs implementar e adaptar as Normas às respectivas normas de suas instituições.

---

<sup>22</sup> Tribunal de Contas, (2005), **Código de Ética e Normas de Auditoria**: Cabo Verde

Esta edição compreende, portanto, o Código de Ética e as Normas de Auditoria reestruturadas que foram aprovadas pelo XVII Congresso da INTOSAI em Seul, 2001.

Tiveram a satisfação de apresentar aos membros da INTOSAI este Código de Ética para os auditores do sector público, que foi aprovado pelo Comité Directivo em sua 44ª reunião celebrada em Montevideu, em Novembro de 1998.

Este Código constitui um passo significativo para o processo de harmonização dos conceitos éticos dentro da INTOSAI. Compõe-se unicamente de postulados éticos básicos, dado que as diferenças nacionais de cultura, idioma e sistemas jurídicos e sociais tornam necessário adaptar tais postulados ao ambiente de cada país. Por conseguinte, o presente Código deve ser considerado como um fundamento para os códigos de ética nacionais que deverão ser desenvolvidos por cada Entidade Fiscalizadora Superior (EFS).

### **Noções e objectivos do Código de Ética**

A INTOSAI considera que é essencial instituir um Código de Ética internacional para os auditores pertencentes ao sector público.

Um Código de Ética constitui uma exposição que envolve os valores e princípios que guiam o trabalho cotidiano dos auditores. A independência, as faculdades e as responsabilidades do auditor no sector público ocasionam elevadas exigências éticas das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS), do seu pessoal e dos especialistas contratados para os trabalhos de auditoria.

O Código Deontológico dos auditores pertencentes ao sector público deve levar em conta tanto as exigências éticas dos funcionários públicos em geral, quanto as exigências específicas dos auditores em particular, incluindo suas obrigações profissionais.

Tendo como fundamento a Declaração de Lima de Directrizes sobre Preceitos da Auditoria, o Código de Ética da INTOSAI deverá constituir-se em um complemento necessário que fortaleça ainda mais as Normas de Auditoria da INTOSAI emitidas, em Junho de 1992, pelo Comité de Normas de Auditoria da INTOSAI.

Este Código de Ética está dirigido ao auditor individualmente, ao director da EFS, aos responsáveis executivos e todas as pessoas que trabalham a serviço da EFS ou em representação desta e que intervenham no trabalho de auditoria. Todavia, não se deve considerar que o Código influencie a estrutura organizativa da EFS.

Devido às diferenças nacionais de cultura, idioma e sistemas jurídicos e sociais, é responsabilidade de cada EFS a elaboração de um Código de Ética próprio que se ajuste optimamente às suas próprias características.

Convém à EFS que esses Códigos de Ética nacionais especifiquem, com clareza, os conceitos éticos. O Código de Ética da INTOSAI se propõe a servir como fundamento aos Códigos de Ética nacionais. Cada EFS deve garantir que todos seus auditores estejam familiarizados e atuem em conformidade com os valores e princípios que figuram no Código de Ética nacional.

A conduta dos auditores deve ser irretocável em todos os momentos e em todas as circunstâncias. Qualquer deficiência em sua conduta profissional ou qualquer conduta inadequada em sua vida pessoal prejudicam a imagem de integridade dos auditores, da EFS que representam, da qualidade e da validade de seu trabalho de auditoria, e podem ocasionar dúvidas acerca da confiabilidade e da competência profissional da própria EFS. A adopção e aplicação de um código de ética para auditores do sector público promovem a confiança nos auditores e em seu trabalho.

É de importância fundamental que a EFS suscite credibilidade e confiança. O auditor alcança tal resultado mediante a adopção e aplicação das exigências éticas das noções descritas nos seguintes conceitos-chave: integridade, independência e objectividade, confidencialidade e competência profissional

### **Segurança, confiança e credibilidade**

- O Poder Legislativo e/ou Executivo, o público em geral e as entidades auditadas esperam que a conduta e o enfoque da EFS sejam irretocáveis, não suscitem suspeitas e sejam dignos de respeito e confiança.
- Os auditores devem conduzir-se de modo que promovam cooperação e bom relacionamento entre os auditores e no âmbito da profissão. O apoio à profissão por parte dos seus membros e sua cooperação recíproca constituem elementos essenciais do profissional. A confiança e o respeito público que suscita um auditor são consequências, basicamente, da soma de resultados de todos os auditores, anteriores e atuais. Por conseguinte, tanto para os auditores quanto para o público em geral, é interessante que o auditor trate seus colegas de uma forma justa e equilibrada.

- O Poder Legislativo e/ou Executivo, o público em geral e as entidades auditadas deverão ter plena garantia da justiça e imparcialidade de todo o trabalho da EFS. Portanto, é essencial que exista um Código de Ética nacional ou um documento semelhante que regule a prestação dos serviços.
- Em todos os sectores da sociedade existe a necessidade de credibilidade. Assim, é essencial que os relatórios e pareceres da EFS sejam considerados minuciosamente precisos e confiáveis por terceiros especialistas na matéria.
- Todo o trabalho realizado pela EFS deve ser submetido a avaliação pública acerca de sua correcção, mediante a inspecção realizada pelo Poder Legislativo e/ou Executivo, e o exame comparativo com um Código de Ética nacional.

### **Integridade**

- A integridade constitui o valor central de um Código de Ética. Os auditores estão obrigados a cumprir normas elevadas de conduta (p. ex. honradez e imparcialidade) durante seu trabalho e em suas relações com o pessoal das entidades auditadas. Para preservar a confiança da sociedade, a conduta dos auditores deve ser irretocável e estar acima de qualquer suspeita.
- A integridade pode ser medida em função do que é correto e justo. A Integridade exige que os auditores ajustem-se tanto a forma quanto ao espírito das normas de auditoria e de ética. A integridade também exige que os auditores ajustem-se aos princípios de objectividade e independência, mantenham normas irretocáveis de conduta profissional, tomem decisões de acordo com os interesses públicos, e apliquem um critério de honradez absoluta na realização de seu trabalho e no emprego dos recursos da EFS.

### **Independência, Objectividade e Imparcialidade**

Para os auditores é indispensável a independência com respeito à entidade auditada e outros grupos de interesses externos. Isso implica que os auditores devem actuar de um modo que aumente sua independência, ou que não a diminua por nenhum motivo.

- Os auditores não só devem esforçar-se para serem independentes das entidades auditadas e de outros grupos interessados, como também devem ser objectivos ao tratar as questões dos temas submetidos à revisão.



- Em todas as questões relacionadas com o trabalho de auditoria, a independência dos auditores não deve ser afectada por interesses pessoais ou externos. Por exemplo, a independência poderia ser afectada pelas pressões e por influências externas sobre os auditores; pelos pré-julgamentos dos auditores acerca das pessoas, das entidades auditadas, dos projectos ou dos programas; por haver trabalhado recentemente na entidade auditada; ou por relações pessoais ou financeiras que provoquem conflitos de lealdade ou de interesse. Os auditores estão obrigados a não intervir em qualquer assunto em que tenham algum interesse pessoal.
- Requer-se objectividade e imparcialidade em todo trabalho efectuado pelos auditores, e em particular em seus relatórios, que deverão ser exactos e objectivos. As conclusões dos pareceres e relatórios, por conseguinte, devem basear-se exclusivamente nas evidências obtidas e reunidas de acordo com as normas de auditoria da EFS.
- Os auditores deverão utilizar a informação fornecida pela entidade auditada e por terceiros. Esta informação deverá ser considerada de modo imparcial nos pareceres emitidos pelos auditores. O auditor também deverá colectar informação sobre os enfoques da entidade auditada e de terceiros.

### **Neutralidade política**

É importante manter a neutralidade política da EFS, tanto a real quanto a percebida. Para tanto, é importante que os auditores conservem sua independência com respeito às influências políticas para desempenhar com imparcialidade suas responsabilidades de fiscalização. Isso é relevante para os auditores porque as EFSs trabalham em estreito contacto com os órgãos legislativos, o Poder Executivo e outros órgãos da Administração estabelecidos por lei que utilizam os relatórios das EFSs.

Quando os auditores se dedicam ou estudam a possibilidade de dedicar-se, a actividades políticas, é importante que considerem a forma que tal dedicação poderá afectar ou pareça afectar sua capacidade de desempenhar, com imparcialidade, suas obrigações profissionais. Se os auditores estão autorizados a participar de actividades políticas, têm que estar conscientes de que tais actividades podem provocar conflitos profissionais.

### **Conflitos de interesses**

- Quando os auditores estão autorizados a assessorar ou a prestar serviços distintos da auditoria a uma entidade auditada, devem atentar para que esses serviços não

conduzam a um conflito de interesses. Em particular, os auditores devem garantir que tais serviços ou assessoramento não incluam responsabilidades ou faculdades de gestão, que devem continuar sendo desempenhadas com transparência pelos directores da entidade auditada.

- Os auditores deverão proteger sua independência e evitar qualquer possível conflito de interesses, rechaçando regalias ou gratificações que vir a ser interpretadas como tentativas de influir sobre sua independência e integridade.
- Os auditores devem evitar qualquer tipo de relação com os directores e o pessoal da entidade auditada e outras pessoas que possam influenciar, comprometer ou amenizar sua capacidade de actuar e parecer que atuam com independência.
- Os auditores não deverão utilizar o seu cargo oficial com propósitos privados e deverão evitar relações que impliquem risco de corrupção ou que possam suscitar dúvidas sobre sua objectividade e independência.
- Os auditores não deverão utilizar informação recebida no desempenho de suas obrigações como meio de obter benefícios pessoais para si ou para outrem. Tampouco deverão divulgar informações que outorguem vantagens injustas ou injustificadas a outras pessoas ou organizações, nem deverão utilizar a informação em prejuízo de terceiros.

### **Segredo/sigilo profissional**

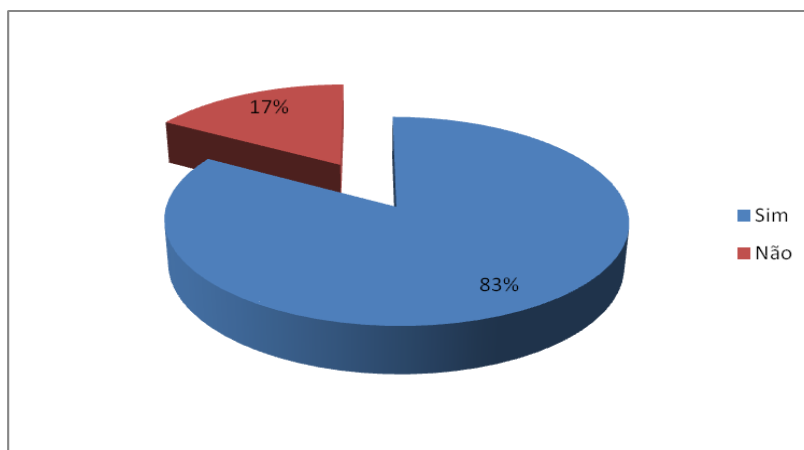
- A informação obtida pelos auditores no processo de auditoria não deverá ser revelada a terceiros, nem oralmente nem por escrito, salvo aos responsáveis pelo cumprimento de determinações legais ou outra classe que correspondam às EFSs, como parte dos procedimentos normais desta, ou em conformidade com as leis pertinentes.
- Os auditores têm a obrigação de actuar a todo momento de maneira profissional e de aplicar elevados níveis profissionais na realização de seu trabalho, objectivando desempenhar suas atribuições de maneira competente e imparcial.
- Os auditores não devem realizar trabalhos para os quais não possuam a competência profissional necessária.
- Os auditores devem conhecer e cumprir as normas, as políticas, os procedimentos e as práticas aplicáveis de auditoria, contabilidade e gestão financeira. Do mesmo modo, devem entender os princípios e normas constitucionais, legais e institucionais que regem o funcionamento da entidade auditada.

## Desenvolvimento profissional

- Os auditores devem actuar com o profissionalismo devido na realização e supervisão da auditoria e na preparação dos relatórios correspondentes.
- Os auditores devem sempre em suas auditorias empregar métodos e práticas de máxima qualidade possível. Na realização da auditoria e na emissão de relatórios, os auditores têm a obrigação de ajustar-se aos postulados básicos e às normas de auditoria geralmente aceites.
- Os auditores têm a obrigação continuada de actualizar e melhorar as capacidades requeridas para o desempenho de suas responsabilidades profissionais.

### 4.3. Análise e comentário dos dados dos questionários aplicados.

Na elaboração do estudo procurou-se obedecer o princípio de encorajar os inquiridos, elaborando um questionário curto com perguntas claras, de respostas filtradas e fáceis de serem respondidas. Para recolha de dados, os inquéritos aplicados e a ser analisados no trabalho da memória monográfica é dirigido a números limitados de pessoas (amostra), possibilitando assim, a um estudo no seu todo.

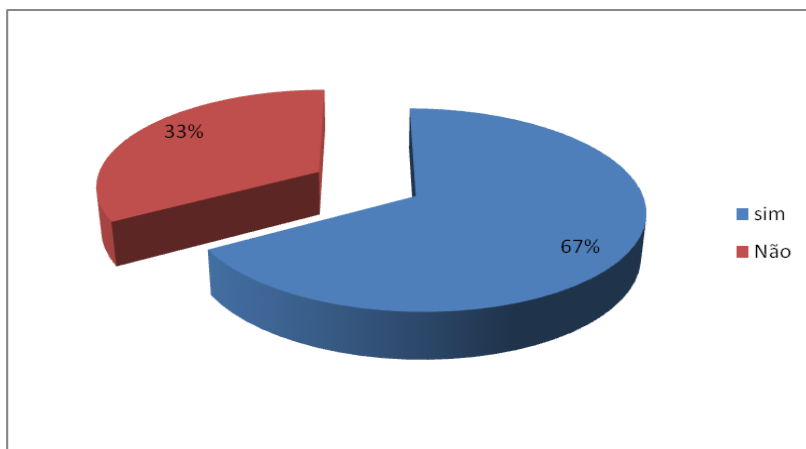


**Gráfico 1:** Ética Profissional no TCCV

**Fonte:** Dados recolhidos

No que tange a ética no TCCV, os resultados mostram que, dentre os inqueridos, 17% responderam que há ausência da ética no TCCV e 83% responderam que há existência da ética no TCCV. Portanto os resultados demonstram que o CT ainda precisa de uma política

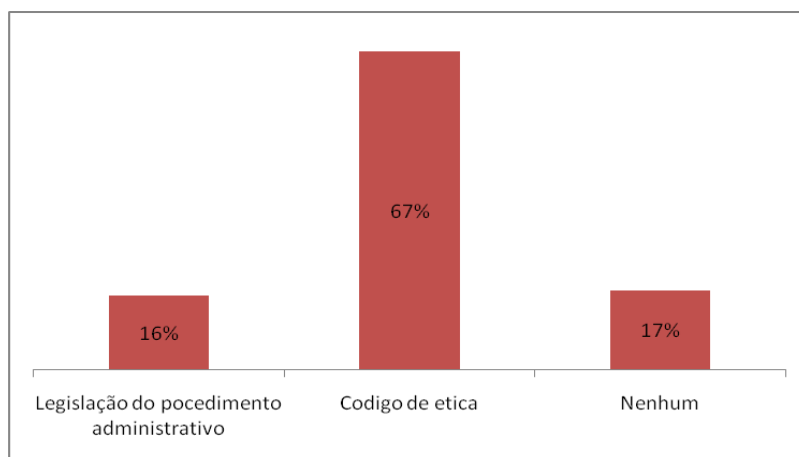
da ética, daí a importância deste estudo para o aperfeiçoamento da Administração, visto que a maioria dos inqueridos consideram a sua ausência no TCCV.



**Gráfico 2:** Instrumentos de controlo da Ética Profissional no TCCV.

**Fonte:** Dados recolhidos

Dentre os inqueridos, 67% têm conhecimento de alguns dos instrumentos de controlo da ética no TCCV e os restantes 33% contrariam a resposta dos 67%, ou seja, não conhecem nenhum instrumento que controlem a ética no TCCV, mas justificam que a ética existe no TC, que alguns profissionais não põem em prática.

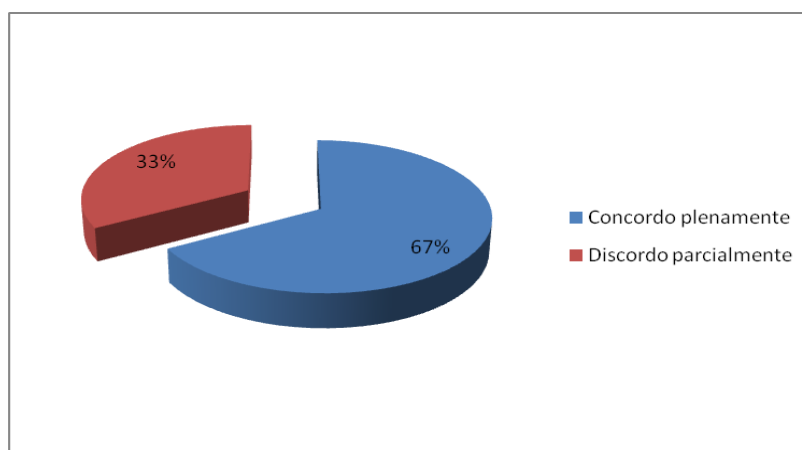


**Gráfico 3:** Tipos de Instrumentos de controlo da Ética.

**Fonte:** Dados recolhidos

Como pode se constatar, 67% dos inqueridos admitem que um dos instrumentos de controlo da Ética nessa instituição é o Código de Ética; 16% conhece a legislação do procedimento administrativo e 17% não conhece nenhum desses instrumentos como sendo instrumentos de controlo do mesmo. Portanto aqui nota uma tendência bastante positiva no que tange o conhecimento do Código de Ética no TCCV, tendo em conta que o Código de Ética é um

instrumento de extrema importância para o bom funcionamento da Administração Pública em estudo, como sendo uma instituição que promove a excelência na gestão do patrimônio público que contribui para a boa governação e, também zela pela melhoria da prestação de contas, promoção da cultura de integridade, responsabilidade e transparência como forma de otimizar a utilização dos recursos públicos.

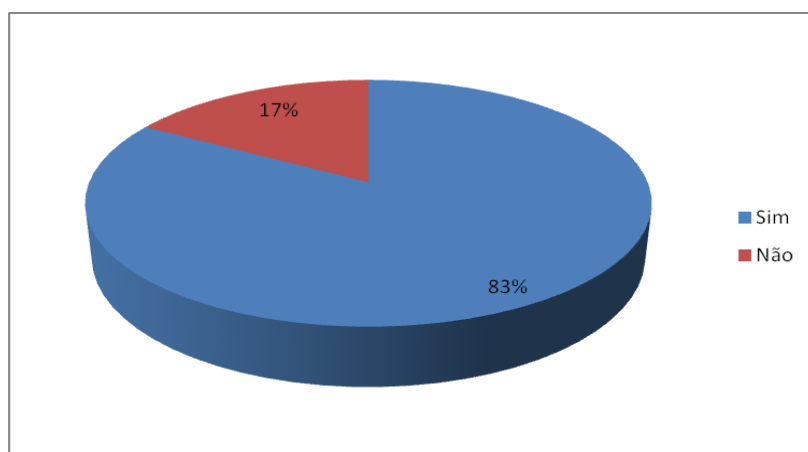


**Gráfico 4:** Funcionários do TCCV versus Profissionalismo e Ética

**Fonte:** Dados recolhidos

Tendo em conta o Gráfico 4, representa o profissionalismo e ética perante os funcionários públicos cabo-verdianos. Constata-se que as respostas dos inqueridos são diferenciadas. Na sequência das perguntas, os integrantes da amostra foram questionados se os funcionários públicos cabo-verdianos agem com profissionalismo e ética.

Dentre estes entrevistados, 67% dizem que concordam parcialmente, 33% referem discordar parcialmente. Apesar dos respondentes terem classificado a Administração Pública, no contexto em estudo, cabe atentar para: a) ausência de alternativa “concordo plenamente”, “discordo plenamente” e “indiferente”; b) 67% das respostas incluídas nos intervalos “concordo parcialmente” e 33% posicionaram na posição “discordo parcialmente” face ao tema em estudo. A opinião dos funcionários públicos sobre a questão da ética administrativa aponta para uma classificação satisfatória, pelo que deve ser reflectido, uma vez mais que pode ser absurda.

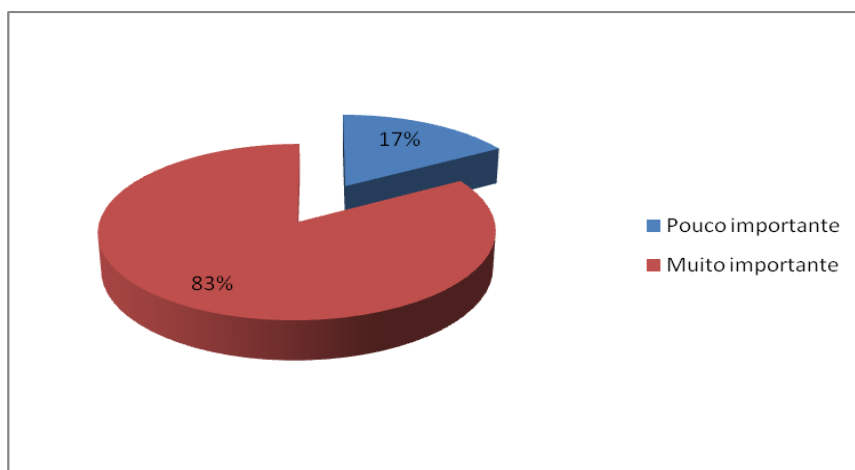


**Gráfico 5:** Implementação do Código de Ética no TCCV

**Fonte:** Dados recolhidos

O Gráfico 5 mostra uma tendência bastante positiva no que toca a existência do Código de Ética no TCCV, que é uma instituição que, tem como principal função a fiscalização prévia das despesas públicas exercendo o controlo da legalidade administrativa e financeira do Estado.

Face a esse questionário, 83% responderam que o TCCV possui um Código de Ética, os restantes 17% afirmam o oposto. Porém é uma grande satisfação para os funcionários e também para os utentes.



**Gráfico 6:** Grau de importância do Código de Ética.

**Fonte:** Dados recolhidos

No que diz respeito ao grau de importância do Código de Ética no TCCV; 83% dos inqueridos concordam que é um instrumento de grande importância; e 17% opinaram que seria pouco importante a implementação do Código Deontológico no TCCV. Como a maioria

dos inqueridos concordam com a introdução do Código que a instituição em estudo tem implementado e posto em prática os códigos consagrados.

Nos últimos 7 anos consecutivos, o TCCV, em parceria com a Assembleia Nacional e Cooperação Francesa, realizaram fórum; palestras cujo temas, directa e/ou indirectamente, abordam aspectos dos princípios éticos e deontológicos. Para que os princípios da ética profissional disposta no Código de Ética venham a ser obedecidos pelos profissionais que actuam nessa instituição; o TCCV tem ainda realizado formações de sensibilização, recomendações e aplicações de sanções. Neste âmbito de actuação do TCCV, não abrange as empresas públicas, mas há onde è possível (nas entidades do Estado),tem procurado impor rigor na gestão do TC, condenando o uso indevido de fundos públicos, e também condenando os responsáveis que prestam contas das suas gestões. Portanto, não deve ser uma tarefa institucional mas também individual de cada profissional.

Dentre os exemplos do não cumprimento das regras estabelecidas no Código de Ética, os mais citados são os gastos excessivos com despesas de comunicação, de representação, de deslocação estadias sem benefícios a vista para o serviço publico.

Para finalizar, de acordo com as respostas levantadas na questão 9 (nove) o estudo revela alguns desafios enfrentados pelo TC no processo de controlo da coisa pública, considerando os dados da pesquisa, do ponto de vista dos inqueridos desse estudo em que constituem os seguintes desafios: promover boas práticas fundamentadas na ética profissional; reforçar os órgãos de controlo e fiscalização das instituições e despesas públicas; criar estruturas de avaliação, monitoramento da ética; reforçar a efectiva participação dos cidadãos no controlo da gestão da coisa pública. O TCCV precisa de uma lei de reforço do controlo das despesas do Estado.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como propósito investigar a Ética na Administração Pública cabo-verdiana em particular no TCCV. O objectivo principal foi conhecer os desafios enfrentados pelo Tribunal de Contas de Cabo Verde no Processo de Implementação dos Princípios Éticos na gestão da coisa pública. Para o desenvolvimento desse estudo foram expostos duas partes da pesquisa sendo a primeira uma pesquisa bibliográfica (teórica) que relaciona o tema com as ideias defendidas por vários autores e a segunda, pesquisa prática que diz respeito a aplicação dos questionários aos Coordenadores, ao Presidente e o Director Administrativo. Com o enquadramento da teoria e prática, pode-se constatar, em primeiro lugar que a ética constitui uma dimensão da Administração Pública que se liga com a natureza das funções no âmbito das sociedades organizadas. Há o reconhecimento dos instrumentos de gestão, como dimensão da Administração Pública estão ser levados em conta, sendo aprofundados o seu entendimento. Um dos aspectos mais importantes para a mudança da Administração Pública, é necessário a assunção da Ética como uma verdade sobretudo nas suas dimensões, tornando-a uma realidade através da definição de uma política de ética e a implementação, avaliação, monitoramento do Código da Ética. No entanto, o papel da Administração Pública como instrumento do Estado, é regular a sociedade, em todas as vertentes. Constata-se ainda que a Administração Pública Cabo-verdiana funciona com regras pré-estabelecidas nos seus regulamentos próprios; o controlo externo está atribuído a um dos poderes (Poder Legislativo) com auxílio do TCCV. Nesse sentido Cabo Verde continuará a desenvolver mecanismos que demonstram a Ética na Administração Pública baseando nos Princípios da Ética.

No que diz respeito ao objectivo geral, foi concretizado uma vez que, durante a realização do presente estudo foi explorado desafios enfrentados pelo Tribunal de Contas de Cabo Verde no Processo de Implementação dos Princípios Éticos na gestão da coisa pública. Relativamente aos objectivos específicos foram aludidos e analisados a Ética no contexto da Gestão Pública, as acções voltadas para o controle da Ética na Administração Pública implementada pelo Tribunal de Contas de Cabo Verde e os desafios enfrentados no processo de implementação dos princípios éticos na gestão da coisa pública.

Relativamente as questões levantadas nesta pesquisa, obtiveram respostas positivas conforme as hipóteses colocadas. No entanto, no que diz a primeira hipótese foi confirmada uma vez



que os dados revelam que de acordo com o resultado a ética é um dos instrumentos de extrema relevância para gestão da coisa pública.

Em relação a segunda hipótese também se confirmou uma vez que o estudo revela alguns desafios enfrentados pelo tribunal no processo de controlo da coisa pública, considerando os dados da pesquisa, do ponto de vista dos inqueridos, estabelecem os seguintes desafios: promover boas práticas fundamentadas na ética profissional; reforçar os órgãos de controlo e fiscalização das instituições e despesas públicas; criar estruturas de avaliação, monitoramento da ética; reforçar a efectiva participação dos cidadãos no controlo da gestão da coisa pública. Também o TCCV precisa de uma lei de reforço do controlo das despesas do Estado.

Durante a elaboração deste trabalho teve inúmeras dificuldades, dentre as quais a disponibilidade dos dirigentes públicos para responderem o questionário; a falta de bibliografia no país, entre outros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbagnano, N. (2000). *Dicionário de Filosofia* (4 ed.). São Paulo: Martins Fortes.
- Aricó, C. R. (2001). *Reflexões Sobre a Locura*. São Paulo: Ícone.
- Assembleia Nacional de Cabo Verde. (2011). *Constituição da República de Cabo Verde* (2011 ed.). 2ª Revisão Ordinária.
- Berquo, E. S., & Gotlies, S. L. (1981). *Bioestatísticas*. São Paulo: Epu.
- Boff, L. (2003). *Graça e Experiência Humana: A Graça Libertadora no Mundo*. Petrópolis: Vozes.
- Collis, J., & Roger, H. (2005). *Pesquisa em Administração: Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação* (2 ed.). Porto Alegre: Bocam.
- DiPietro, M. S. (2000). *Direito Administrativo* (12 ed.). São Paulo: Atlas.
- Ferreira, A. A. (2001). *Gestão Empresarial*. São Paulo.
- Gomes, H. F. (2007). *Treinamento Sobre Ética Profissional* (14 ed.). Brasília.
- Gonçalves, M. B. (2010). *Ética e Transparência na Administração Pública em Cabo Verde*. Praia: Dissertação do Mestrado na UNICV.
- Granjeiro, J. W. (1998). *Direito Administrativo* (11 ed.). Brasília: Vest Com.
- Kant, I. (1991). *Crítica da Razão Pura* (4 ed., Vol. I). São Paulo: Nova Cultural.
- Merelles, H. L. (2005). *Direito Administrativo* (30 ed.). São Paulo: Milheiros.
- Ministério das Finanças e Administração Pública, (2006), *Garantia dos Particulares*. Decreto Legislativo nº 2/95 de 20 de Junho.
- Quivy, R. A. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rego, A. (2007). *Gestão Ética e Socialmente Responsável*. Lisboa: RH.
- Santos, F. M. (2007). *Resumo de Direito Administrativo*. Obtido em 12 de Setembro de 2012, de [www.resumosconcurring.hpg.com.br](http://www.resumosconcurring.hpg.com.br).

Sousa, M. R., & Matos, A. S. (2004). *Direito Administrativo Geral: Introdução e Principios Fundamentais* (Vol. I). Lisboa: Dom Quixote.

Souza, N. d. (1984). *Ética e Vida Profissional* (Edições ed.). Rio Janeiro.

Tribunal de Contas, (2005), *Código de Ética e Normas de Auditoria*: Cabo Verde

Vazquez, A. S. (1975). *A Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Yin, R. K. (2010). *Planejamento e Métodos* (4 ed.). (A. Thorell, Trad.) São Paulo: BookKam.

## Apêndices I- Questionários



### Questionário para recolha de dados e informações

**Instruções de preenchimento:** Antes de responder as questões, leia todas as questões, tendo em considerações que existem casos em que não poderás avançar no preenchimento do questionário se deixar alguma questão por responder. O questionário é anónimo e as informações obtidas visam, contribuir para o aperfeiçoamento da prática democrática na Administração Pública Cabo-verdiana.

**Introdução:** No âmbito da conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Empresariais e Organizacionais, elaborou-se este questionário com o objectivo de recolher informações sobre o tema em questão: “A Ética na Administração Pública Cabo-verdiana: Quais os desafios enfrentados pelo TCCV no processo de implementação dos princípios éticos na gestão da coisa publica”.

#### 1. Achas que existe ética profissional no TCCV?

( ) Sim      ( ) Não

#### 2. Conhece alguns dos instrumentos de controlo da Ética Profissional no TCCV?

( ) Sim      ( ) Não

#### 3. Qual dos instrumentos:

a) Legislação do procedimento Administrativo ☐

b) Código de ética ☐

c) Nenhum \_\_\_\_\_.

#### 4. Os funcionários do TCCV agem com Profissionalismo e Ética?

( ) Concordo plenamente      ( ) Concordo parcialmente      ( ) Indiferente

( ) Discordo parcialmente      ( ) Discordo plenamente

**5.O TCCV possui um Código Deontológico?**

( )Sim)      ( )Não

**6. Qual o grau de importância que senhor (a) dá para esta ferramenta de gestão (Código Deontológico)?**

Não importante ( )      Pouco Importante ( )      Muito importante ( ).

**7.O que o TCCV tem feito para que os princípios da ética profissional disposto no Código de ética venham ser obedecidas pelos profissionais que actuam nessa instituição.**

---

---

---

**8.Cite alguns exemplos dos casos mais frequentes de não cumprimento das regras estabelecidas no Código de Ética.**

---

---

---

**9.Quais os desafios que o Tribunal de Contas vem enfrentando ao exercitar a prática do Código Deontológico?**

---

---

---

## Apêndices II- Resultado da Investigação

Tabela 1: Achas que existe Ética Profissional no TCCV

Variáveis	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Sim	5	83%	83%	83%
Não	1	17%	17%	100%
Total	6	100%	100%	

**Fonte:** Resultados da pesquisa

Tabela 2: Conhece alguns dos Instrumentos de controlo da Ética Profissional no TCCV?

Variáveis	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Sim	4	67%	67%	67%
Não	2	33%	33%	100%
Total	6	100%	100%	

**Fonte:** Resultados da pesquisa

Tabela 3:Qual dos Instrumentos:

Variáveis	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Legislação do procedimento administrativo	1	16%	16%	16%
Código de ética	4	67%	67%	83%
Nenhum	1	17%	17%	100%
Total	6	100%	100%	

**Fonte:** Resultados da pesquisa

Tabela 4: Os funcionários do TCCV agem com Profissionalismo e Ética?

Variáveis	Frequência	Percentagem	Percentagem Válida	Percentagem Acumulada
Concordo plenamente	4	67%	67%	67%
Discordo parcialmente	2	33%	33%	100%
Total	6	100%	100%	

**Fonte:** Resultados da pesquisa

Tabela 5: O TCCV possui um Código Deontológico?

<b>Variáveis</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>	<b>Percentagem Válida</b>	<b>Percentagem Acumulada</b>
Sim	5	83%	83%	83%
Não	1	17%	17%	100%
Total	6	100%	100%	

**Fonte:** Resultados da pesquisa

Tabela 6: Qual o grau de importância que senhor (a) dá para esta ferramenta de gestão (Código Deontológico)?

<b>Variáveis</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>	<b>Percentagem Válida</b>	<b>Percentagem Acumulada</b>
Pouco importante	1	17%	17%	17%
Muito importante	5	83%	83%	100%
Total	6	100%	100%	

**Fonte:** Resultados da pesquisa